

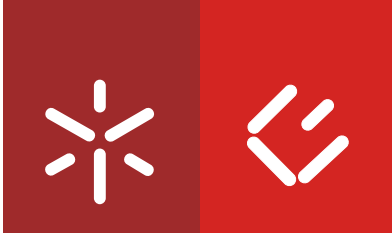


Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Nuno Alexandre Ferreira Reis

**Contrato Emprego-Inserção:
que influência nos desempregados?**



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Nuno Alexandre Ferreira Reis

**Contrato Emprego-Inserção:
que influência nos desempregados?**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Economia Social

Trabalho efetuado sobre a orientação da
Professora Doutora Sílvia Sousa

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

Agradecimentos

À minha orientadora, Prof. Doutora Sílvia Sousa, pela sua orientação, dedicação e partilha de conhecimentos.

Ao Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP, e em particular à Doutora Elsa Castanheira, do Departamento de Relações Públicas do I.E.F.P,IP, pelo apoio dado na recolha da amostra.

A todas as entidades promotoras do Programa Ocupacional/Contrato Emprego-Inserção e beneficiários, pelo tempo dispensado no preenchimento do inquérito.

Aos meus pais, namorada e amigos pelo apoio prestado.

A todos os que de algum modo contribuíram para a realização deste estudo.

Muito Obrigado.

Resumo

O desemprego é o resultado de um sistema de capitalista, que não tem capacidade de oferecer um posto de trabalho a todas as pessoas que são capazes e estão dispostas a participar no mercado de trabalho. A literatura moderna considera que o desemprego apresenta efeitos negativos nomeadamente ao nível do bem-estar das pessoas. A taxa de desemprego tem aumentado na União Europeia e, em particular, em Portugal, na última década. As políticas ativas de emprego propõem-se a reintegrar os desempregados no mercado de trabalho, conseguindo dessa maneira um aumento do estado de bem-estar.

Para avaliar como a medida de Política Ativa de Emprego, Contrato Emprego-Inserção/Programas Ocupacionais, contribui para a empregabilidade do desempregado foram aplicados questionários aos participantes na medida e às entidades promotoras.

Verificou-se que embora a medida apresente uma baixa empregabilidade no curto prazo, esta vai influenciar de forma positiva os desempregados ao nível da sua autoestima, criação de novos laços sociais e contacto com o mercado de trabalho, fatores que contribuem, indiretamente, para o seu reingresso no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Desemprego, Contrato Emprego-Inserção, Programas Ocupacionais, efeitos negativos do desemprego, Políticas Ativas de Emprego.

Abstract

Unemployment is the result of a capitalist system which is not able to offer a job to everyone who can and is willing to be a part of the labor market. Modern literature considers that unemployment has negative effects on society, particularly in terms of the welfare of the unemployed. The unemployment rate has increased in the EU, particularly in Portugal in the last decade. Active Labor Market Policies are meant to reintegrate the unemployed into the labor market, achieving an increase in the well-being status.

To assess how the Employment-Insertion Contract / Occupational Programmes have contributed to the employability of the unemployed questionnaires were applied to the participants in the programmes and to the promoters.

From the results obtained, it was found that, in spite of showing low employability in the short term, these programmes positively influence the unemployed in terms of their self-esteem, of creating new social ties and of their contract with the labor market, factors that indirectly, contribute their reintegration in the labor market.

Keywords: Unemployment, Employment-Insertion Contracts, Occupational Programs, negative effects of unemployment, Active Labor Market Policies.

Índice

1. Introdução.....	1
2. Revisão de Literatura.....	3
2.1. O Problema Económico do desemprego.....	3
2.2. Abordagem macroeconómica do desemprego.....	3
2.3. Desemprego nas sociedades desenvolvidas e Portugal	7
2.4. Os efeitos negativos do desemprego nas diferentes faixas etárias e por género	9
2.5. A perda de rendimento o que implica.....	10
2.6. Que efeitos produz o desemprego ao nível da saúde do indivíduo.....	12
2.7. Desemprego e desemprego de longa duração	16
2.8. A perda de competências	17
2.9. Exclusão Social, os laços e a família	18
3. O emprego como desafio central da Europa	21
3.1. As Políticas de Emprego em Portugal e a importância do Contrato Emprego- Inserção	23
3.2. Caracterização do Contrato Emprego-Inserção.....	25
4. Metodologia	31
4.1. Estudo de caso e suas características.....	32
4.2. Objeto de investigação.....	32
4.3. Amostra.....	32
4.4. Métodos e técnicas de recolha.....	33
4.5. Análise de dados.....	34
5. Resultados.....	35
5.1. Beneficiários do CEI	35
5.1.1. Situação face ao emprego	35
5.1.2. Efeitos do desemprego Vs Efeitos da medida.....	36
5.1.3. Situação dos Beneficiários antes e após a medida.....	37
5.1.4. Empregabilidade e Satisfação da amostra após frequência na medida	38
5.2. Entidades Promotoras.....	40
5.2.1. Informação acerca das PAE.....	40
5.2.2. Caracterização das candidaturas ao CEI	41
6. Discussão dos resultados	45
7. Conclusões	47
7.1. Limitações do estudo.....	47

7.2. Sugestões para futuros estudos.....	47
Bibliografia	49
Anexos	55

Lista de Abreviaturas e Siglas

CEI – Contrato Emprego-Inserção

I.A.S – Indexante de Apoios Sociais

IEFP,IP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP

I.P.S.S – Instituições Particulares de Solidariedade Social

POC – Programa Ocupacional

Índice de Figuras

Figura 1 – Mercado de Trabalho: Oferta e procura (Teoria Clássica).....	3
Figura 2 – Modelo Keynesiano para a determinação de emprego.....	4
Figura 3 – Aumento do desemprego nas recessões e diminuição nas expansões.....	5
Figura 4 - Taxa de desemprego nos países membros da UE (08/2012).....	7
Figura 5 – Impacto do desemprego sobre os rendimentos familiares.....	11
Figura 6 – Experiências vividas no desemprego.....	15
Figura 7 – Impacto provocado pelo desemprego no indivíduo.....	16
Figura 8 – Participações em Medidas Ativas, por tipo de medida (2001-08/2011).....	25
Figura 9 – Motivação para a frequência do CEI/POC.....	29
Figura 10 - Relações familiares antes e após a realização do programa.....	38
Figura 11 - Efeitos do desemprego a nível mental antes e depois da inserção no POC/CEI.....	38
Figura 12 - Distribuição da amostra dos efeitos do desemprego a nível físico antes e depois da inserção no POC/CEI.....	39
Figura 13 – Número de beneficiários abrangidos.....	42
Figura 14 - Estratégia de recrutamento.....	42
Figura 15 - Taxa de empregabilidade nos projetos das entidades promotoras.....	43

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Dados Brutos sobre as taxas de suicídio, desemprego e uso de antidepressivos na Hungria.....	14
Tabela 2 - Perfil dos Beneficiários das Medidas Ocupacionais (2001-08/2011).....	28
Tabela 3 – Beneficiários que terminaram a medida POC/CEI.....	30
Tabela 4 - Distribuição da amostra face à situação perante o emprego.....	36
Tabela 5 – Motivações para a frequência do POC/CEI.....	37
Tabela 6 – Situação dos beneficiários antes e após a medida.....	37
Tabela 7 - Taxa de empregabilidade da amostra no termo do programa.....	40
Tabela 8 - Número de candidaturas anuais à medida POC/CEI por parte da entidade.....	41

1. Introdução

As mudanças no mercado de trabalho têm provocado inúmeros custos sobre o indivíduo e sobre a sociedade. O presente trabalho coloca o enfoque, nas consequências negativas que o desemprego apresenta para o indivíduo.

Nas sociedades de Mercado tem-se registado uma escalada das taxas de desemprego, bem como o aumento do desemprego de longa duração. Estas situações influenciam a vida dos desempregados ao nível dos rendimentos, da saúde física e mental, dos laços sociais e da família, e contribuem para a perda de competências e para a exclusão social.

O emprego está no centro das preocupações da União Europeia refletindo-se em Portugal num vasto número de medidas de Política Ativa de Emprego, sendo a mais importante, no que se refere ao número de participantes, o Contrato Emprego-Inserção (CEI), que tem por objetivo a reabilitação das competências sócioprofissionais dos desempregados (Dias & Varejão, 2012).

Com o presente trabalho procura-se obter respostas às seguintes questões:

- i) Os CEI contribuem para a aquisição de competências sócioprofissionais?
- ii) Os CEI promovem a empregabilidade?
- iii) Os CEI constituem uma ferramenta de recrutamento, por parte das entidades promotoras?

Tendo sido apresentado o problema de investigação e os principais objetivos que se propõe com o trabalho atingir, no segundo capítulo aborda-se o problema económico do desemprego. Procede-se, no terceiro capítulo, à revisão de literatura, que aborda os efeitos negativos do desemprego, quer ao nível dos rendimentos, quer em termos sociais e pessoais e no quarto capítulo são abordadas as Políticas Ativas de Emprego, no quinto capítulo identifica-se a estratégia metodológica, bem como os instrumentos de recolha de informação. Os resultados e a sua discussão surgem nos capítulos seis e sete

respetivamente. Por fim, no oitavo capítulo são apresentadas as principais conclusões do estudo, limitações e recomendações apresentadas para futuras investigações.

2. Revisão de Literatura

2.1. O Problema Económico do desemprego

O desemprego é um fenómeno que se desenvolveu a partir da industrialização, nomeadamente em meios urbanos decorrente de um sistema capitalista gerador de sistemas disfuncionais, antes inexistente nos meios rurais e agrícolas (Dathein, 2005).

Deste modo, o desemprego não é mais do que o resultado de um sistema, que não tem a capacidade de oferecer um posto de trabalho para todas as pessoas que são capazes e estão dispostas a participar no mercado de trabalho (Forstater, 2001).

Na economia clássica, o desemprego é apresentado como uma situação de carácter excepcional, a oferta e a procura funcionam de forma ideal e o mercado de trabalho funciona de forma estática.

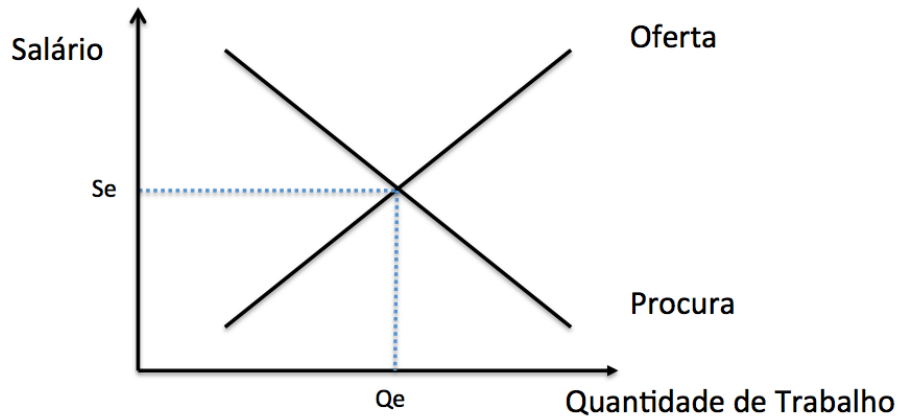


Figura 1 – Mercado de Trabalho: Oferta e procura (Teoria Clássica)

Fonte: Global Development and Environment Inst, Goodwin, N., Nelson, J., Ackerman, F., & Weisskopf, T, 2006

A teoria clássica do desemprego tinha como pressuposto que o mercado de trabalho se encontrava sempre em equilíbrio (associados ao pleno de emprego), pelo que não era possível a existência de situações de desemprego involuntário, apenas situações de desemprego voluntário. Tal situação só ocorria caso os trabalhadores não aceitassem baixar os seus salários. Mesmo neste

caso, o desemprego era encarado como uma situação de curto prazo. Assim, para existir uma situação de desemprego, teria que ser criado por um fator excecional, como o caso da introdução de um salário mínimo. No entanto, Keynes através das ilações retiradas da grande depressão veio atribuir um maior enfâse a diferentes motivos para a situação de desemprego, como por exemplo a psicologia humana. Defendeu também que os salários não baixavam tão rapidamente como a oferta de trabalho, ficando acima do equilíbrio por um determinado período de tempo. Keynes argumentava ainda que a queda dos salários produzia efeitos negativos na economia, nomeadamente, levando a um menor poder de compra e causando uma diminuição da procura por produtos (ver Figura 2).

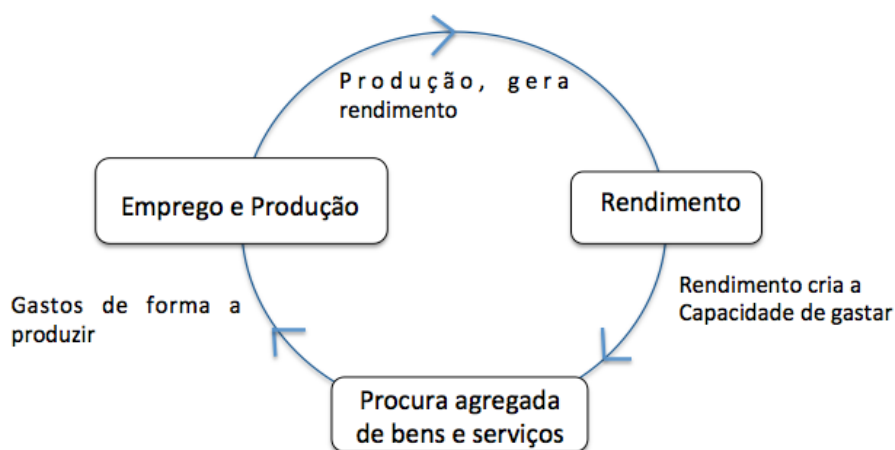


Figura 2 – Modelo Keynesiano para a determinação de emprego

Fonte: Global Development and Environment Inst *et al.*, 2006

Tal situação levava a um ciclo vicioso, de desemprego e baixos salários, contrariando assim a ideia de que os salários elevados levavam a um aumento de desemprego. As teorias clássicas sobre o desemprego foram postas em causa, por caracterizarem o mercado de trabalho como sendo uniforme, ideal, abstrato e independente dos sectores de atividade (ver Figura 1). O desemprego cíclico levou ao surgimento da teoria da taxa natural de desemprego, que pelo seu nome foi criticada por sugerir que a situação de desemprego era uma “situação aceitável”. A taxa natural de desemprego encontrava-se diretamente associada a economias vulneráveis e pouco desenvolvidas, nas quais situações de recessão iriam provocar uma taxa de desemprego acima da taxa natural, e,

ao invés em momentos económicos mais pujantes a taxa de desemprego estava abaixo da taxa natural de desemprego. A taxa natural de desemprego acabou sendo criticada por não haver um consenso relativo ao seu valor. (Dathein, 2005); (Global Development and Environment Inst *et al.*, 2006).

2.2. Abordagem macroeconómica do desemprego

Os indicadores do emprego e desemprego são os que afetam diretamente as pessoas. Os objetivos macroeconómicos são o elevado emprego por contrapartida de uma taxa de desemprego reduzida.

A taxa de desemprego representa a população ativa que se encontra desempregada (por desempregado entende-se que é a “*pessoa que se encontra em idade ativa com disponibilidade para trabalhar mas que não tem trabalho remunerado...Nesta situação a pessoa faz procura de emprego pelos seus meios*” (segundo a International Labour Organization em www.ilo.org); (IEFP, IP, 2012), e que reflete o estado do ciclo económico, ou seja, quando o produto diminui, a procura diminui e conseqüentemente a taxa de desemprego aumenta (Andrade, 2007). O desemprego atingiu elevadas taxas nos anos 30, que coincide com a recaída do ciclo económico e diminui durante as fases de expansão económica.

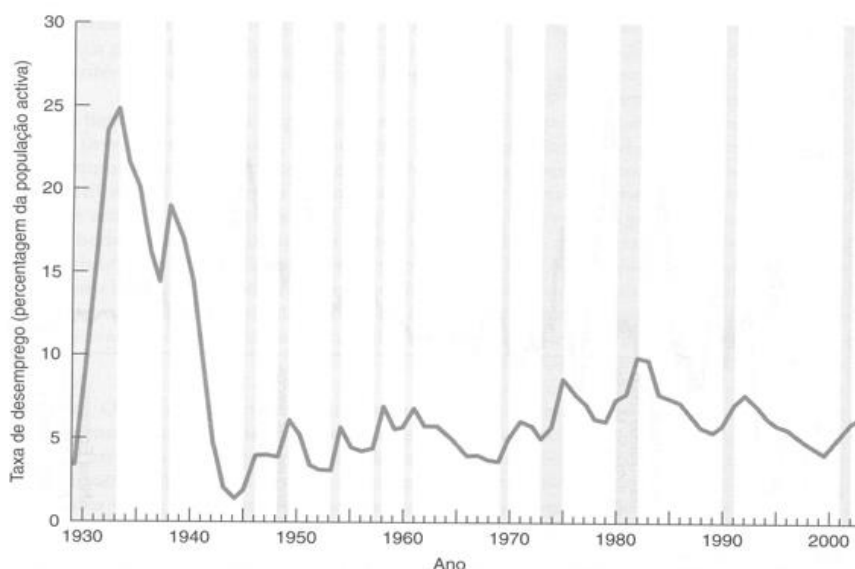


Figura 3 – Aumento do desemprego nas recessões e diminuição nas expansões

Fonte: U.S. Department of Labor¹

¹ Informações mais detalhadas em www.dol.gov

Segundo da lei de Okun, existe uma relação efetiva entre a redução da taxa de desemprego e ganhos em produção, sendo essa relação de 1 para 3, ou seja, por cada redução de 1% da taxa de desemprego haveria um aumento do crescimento económico em 3%. A lei de Okun também representa ainda a perda de bem-estar associada ao desemprego através da redução da procura global. No entanto a lei de Okun não está isenta de problemas, sendo referidos alguns deles, como problemas de enviesamento e omissão de algumas variáveis (Andrade, 2007).

Atualmente são identificados diferentes tipos de desemprego, nomeadamente o desemprego friccional, estrutural e sazonal.

O desemprego friccional caracteriza-se, em regra geral, por ser de curto prazo, não causando muita apreensão por parte dos governantes, uma vez que está relacionado com pessoas que deixam um determinado emprego para iniciar ou procurar um novo emprego. O desemprego estrutural é o tipo de desemprego que carece de maior preocupação por parte dos governantes, uma vez que decorre do mercado encontrar-se em desequilíbrio relativamente à oferta de postos de trabalho para o número de pessoas que procuram um trabalho. Outro fator que causa preocupação neste tipo de desemprego são as pessoas, uma vez que determinados setores da economia encontram-se fragilizados quando comparados com outros, e existe uma grande dificuldade em fazer deslocar os empregados e/ou desempregados para os setores mais pujantes. Tal situação reflete-se, muitas vezes, em períodos longos de desemprego. No que concerne ao desemprego sazonal, este é previsional e os desempregados, por norma, estão conscientes de que a situação de desemprego será por um período curto e previsível de tempo, estando frequentemente relacionado com atividades que têm um pico de produção mais elevado num determinado momento do ano, pelo que estes deverão retomar a sua atividade posteriormente (Borjas, 2008).

Uma maioria da população está dependente dos rendimentos para conseguir manter os padrões de qualidade de vida, a perda de emprego, constitui assim uma ameaça, quer ao nível da perda dos rendimentos, quer ao nível emocional e social. No entanto o desemprego apresenta vantagens para os

Estados ao nível da taxa de inflação por ser menor numa situação de elevado desemprego.

Nos últimos trinta anos o tema desemprego tem ganho uma grande relevância por parte da comunidade científica, contando-se por exemplo, mais de mil artigos publicados. O tema ganha ainda mais relevância em períodos de crise e recessão, como o atual período que vivemos, sendo que este está na ordem do dia entre os políticos e imprensa, interessando a todos os cidadãos (Card & Berkeley & NBER, 2011).

Existem várias teorias que tentam explicar os motivos da situação de desemprego com as características dos desempregados, como por exemplo, baixas qualificações escolares, baixas competências profissionais ou profissionais pouco motivados (Biewen & Steffes, 2010)

2.3. Desemprego nas sociedades desenvolvidas e Portugal

A definição moderna de desemprego teve origem nos censos de 1937 nos Estados Unidos, em que era designado “*por pessoas que fazem procura ativa de emprego*” (Card & Berkeley & NBER, 2011)

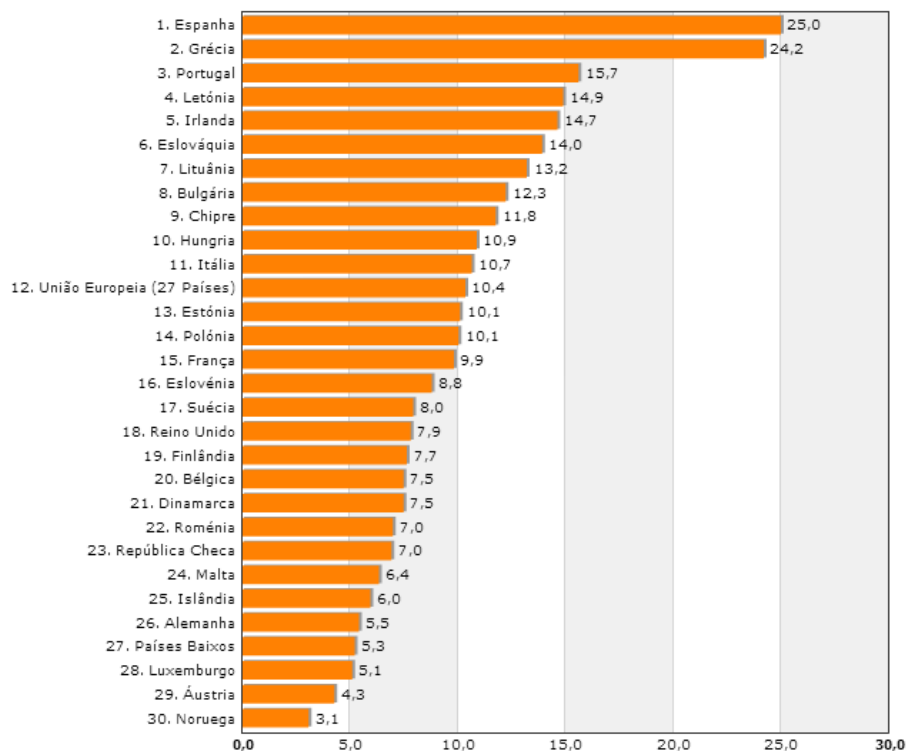


Figura 4 - Taxa de desemprego em 2012

Fonte: PORDATA, 2013

Em Portugal, na última década, a taxa de desemprego aumentou drasticamente passando de cerca de 4% em 2001 para 15,9% em Agosto de 2012. Este flagelo tem incidido com grande impacto na região do Porto e Norte, sendo a região que na última década registou sempre o maior número de desempregados, ascendendo a mais de 295.000 no ano de 2012 segundo o PORDATA.

De facto o desemprego jovem conheceu um forte aumento: em 2001 encontravam-se inscritos nos centros de emprego cerca de 63,600 desempregados. E em 2012 encontravam-se 161.000 jovens à procura de emprego. No entanto, continua a afetar significativamente pessoas com idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos (cerca de 605.400 desempregados). O número de pessoas desempregadas com menores qualificações escolares, nomeadamente com escolaridade ao nível do ensino básico (1º e 2º ciclos) é superior. No que diz respeito à taxa de desemprego por género, as mulheres registaram uma taxa de desemprego, ao longo da última década, sistematicamente superior à taxa de desemprego verificada no caso dos homens. No ano de 2012 verificou-se uma situação histórica e excecional ao registar-se uma taxa de desemprego dos homens (15,7%) superior à das mulheres (15,6%) (Dias & Varejão, 2012).

A situação de desemprego vai produzir efeitos e sequelas negativas na vida dos desempregados, nomeadamente ao nível da possibilidade de reingressar no mercado de trabalho, ao nível do capital humano, psicológico, da produtividade e da vida social (Nilsen & Reiso, 2011).

Apesar de se encontrar na literatura um número apreciável de artigos que relacionam o desemprego com o rendimento, ou com a duração do tempo de desemprego, ainda se encontram pouco exploradas, as consequências e efeitos negativos do desemprego para a pessoa (Clark *et al.*, 2001).

2.4. Os efeitos negativos do desemprego nas diferentes faixas etárias e por género

Os jovens desempregados são aqueles que menos refletem sentimentos de angústia profunda ou *stress* uma vez que, tendencialmente, estes jovens vão vivendo diversificadas e curtas experiências profissionais, que muitas das vezes vão intercalando com situações de desemprego ou inatividade (Clark & Oswald, 1994); (Caleiras, 2011). Contudo, antecipa-se que a situação de desemprego dos jovens irá deixar marcas na sua vida profissional a longo prazo (Nilsen & Reiso, 2011).

Para os jovens licenciados, o desemprego coloca em causa o esforço e dedicação na sua vida académica, levando-os muitas vezes a interrogar-se, se valeu a pena ter investido nos estudos. Ao investir nos estudos estes criaram uma expectativa de que teriam uma maior autonomia financeira, bem como uma carreira na área de estudo. Expectativas que saem muitas vezes goradas e resultam numa grande desilusão (Caleiras, 2011).

Os indivíduos com mais idade, apresentam sintomas de angústia profunda, bem como *stress*, resultante da falta de emprego. Quando comparamos desempregados recentes com desempregados de longa duração, estes últimos também apresentam menos *stress* causado pelo desemprego, sendo uma das razões a acomodação à situação de desemprego (Clark & Oswald, 1994).

É nas pessoas em idade adulta, que detinham uma longa relação de trabalho com uma determinada entidade e que vêem essa relação quebrar-se, que se verifica um impacto negativo mais profundo. Não propriamente porque a relação de trabalho com a entidade chegou ao fim, mas pelas expectativas futuras, a que associam uma grande dificuldade em voltar a encontrar um emprego como o que detinham e que lhes proporcione uma boa estabilidade financeira para a sua vida (Caleiras, 2011).

As questões sociais, nomeadamente, a sociedade e a cultura onde se encontram inseridos, também influenciam a forma como é encarado o desemprego. Desta forma, os homens com idades compreendidas entre os 26 e 64 anos encaram o desemprego de uma forma muito sentida, uma vez que o

trabalho assume um papel central na sua vida, por ser encarado como um dever ético e moral.

“O drama resulta da incapacidade de viver do trabalho; contradição de ter “nascido para trabalhar” e não ter emprego” (Caleiras,2011).

2.5. A perda de rendimento e as alterações no estilo de vida

O desemprego, para além de ter um impacto a nível físico e mental, também tem um impacto na qualidade de vida ou bem-estar, nomeadamente a nível económico (Browning & Crossley, 1997); (Bentolila & Ichino, 2003).

Pessoas desempregadas ficam restringidas a fontes de apoio financeiro, limitando a sua participação no mercado (Watts & Mitchell, 2000).

Ao nível do consumo, uma vez que o desempregado vê o seu rendimento diminuído. Esta situação vai influenciá-lo no momento de consumir. Com um rendimento mais restrito, vai preferir, por exemplo, os pequenos bens duradouros e vestuário, centrando o seu orçamento limitado em bens essenciais como a alimentação. O desempregado prefere não passar fome e adiar o máximo que puder a compra de uma determinada peça de vestuário (Browning & Crossley, 1997); (Bentolila & Ichino, 2003).

A situação agrava-se quando o desemprego se prolonga, o que poderá ter implicações, designadamente, levá-lo a fazer uma dieta mais pobre, por restrição dos seus rendimentos. Esta situação torna a pessoa mais exposta a doenças relacionadas com uma má nutrição (Junankar, 1991).

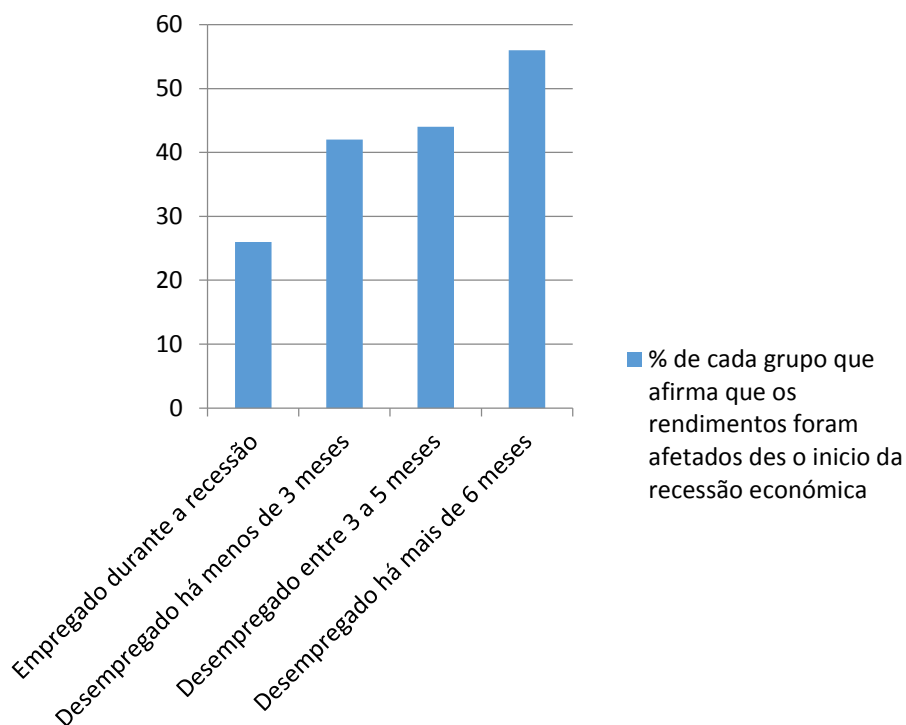


Figura 5 – Impacto do desemprego sobre os rendimentos familiares

Fonte: Morin & Kochhar, 2010

Na Figura 5 comparam-se os rendimentos entre os diversos elementos da população ativa (empregados e desempregados de curta e longa duração) no período de recessão, relativamente à situação pré-recessão, questionando os inquiridos sobre se os seus rendimentos permaneceram inalterados ou se foram afetados positivamente ou negativamente pela recessão.

Desta forma, observa-se que quanto maior for a duração do desemprego maior é a influência negativa nos seus orçamentos, ou seja os desempregados há pelo menos seis meses, são aqueles que sentiram a maior redução no orçamento/rendimentos familiares (56%). Este valor tende a diminuir, com a diminuição da duração do desemprego. Assim, um desempregado há três meses, manifesta uma redução dos rendimentos em cerca de 42%.

Contudo, o desempregado é capaz de se adaptar à sua nova realidade, a de estar desempregado e com menos recursos monetários, e conseguir fazer uma melhor gestão desses dos mesmos (Clark, 2006).

O risco de pobreza aumenta quando se está desempregado, nomeadamente, o risco de pobreza de uma família que se encontra desempregada é o dobro de uma família onde alguns elementos estão sem

emprego, e mais do triplo quando comparado com uma família em que todas as pessoas que se encontram empregadas (TUC, 2010).

2.6. Que efeitos produz o desemprego ao nível da saúde do indivíduo

O desemprego apresenta consequências negativas para lá do rendimento, como é o caso das consequências psicológicas. É reconhecido por grande parte dos investigadores, que as determinantes sociais, como é o caso do desemprego, *status* social, stress, dependência, entre outros fatores, influenciam a saúde mental e contribuem para a perda da qualidade de vida, refletindo-se em sofrimento, risco de exclusão social, bem como na taxa de mortalidade. A perda de emprego representa uma deterioração do bem-estar afetivo da pessoa. Por contrapartida, a reentrada no mercado de trabalho apresenta benefícios positivos na saúde mental (Dollard & Winefield, 2002).

A situação de desemprego é descrita como um conjunto de experiências traumáticas, com consequências ao nível das relações, nomeadamente individuais, familiares e sociais (Duarte, 1998). Encontra-se relacionado com o valor que o trabalho representa para o indivíduo, valor esse que simboliza independência a nível financeiro, o que permite a socialização e adoção de condutas sociais (Caleiras, 2011).

Quando o indivíduo inicia uma situação de desemprego, passa por três fases, sendo a primeira fase o choque. Apesar do choque, e de ter a perceção das dificuldades de estar desempregado, encontra-se otimista. Passada a primeira fase, com as tentativas de obter emprego frustradas e com o tempo a passar, o otimismo inicial dá lugar ao pessimismo, o que gera sofrimento na pessoa. A terceira fase, e como consequência de um período de desemprego longo, a pessoa acomoda-se à situação de desemprego e não consegue ver solução para o seu problema, acentuando o seu sofrimento (Darity & Goldsmith, 1996).

Para quem está desempregado é menos doloroso saber que outras pessoas à sua volta também se encontram na mesma situação, e quantas mais pessoas passarem à situação de desempregado, mais fácil é suportar essa condição. Tal fenómeno é observado em regiões onde se verificam maiores

taxas de desemprego. Esta situação está muito relacionada com as pessoas com quem o desempregado mantém contacto, podendo aliviar psicologicamente o seu sofrimento ou piorá-lo (Clark, 2003); (Clark *et al.*, 2001).

Os estudos demonstram que aqueles que se encontram desempregados são menos felizes por comparação com aqueles que têm um emprego. Esta situação é muitas vezes encarada como uma falha pessoal, que acaba por influenciar muitos aspetos da sua felicidade, como é o caso da sua satisfação pessoal e da sua autoestima, tornando a pessoa apática e, muitas vezes não saber como ocupar o seu tempo. O, desemprego tem assim implicações na saúde mental do indivíduo, uma vez que se trata de um processo emocionalmente destrutivo para a pessoa, enfatizando a importância da relação do trabalho com o bem-estar psicológico. Por vezes, o desempregado refugia-se no álcool e tabaco, como resposta à situação de pressão que vive, tornando-se assim num grave problema que por vezes conduz a situações de depressão e suicídio (Darity & Goldsmith, 1996); (Kahneman, Diener & Schwarz, 2003); Junankar, 1991); (Schanapper, 1984).

A relação entre a taxa desemprego e a taxa de suicídio foi estudada para o caso da Hungria, tendo-se observado que no ano 2007 houve um momento de viragem na taxa de suicídio entre os desempregados. Esta taxa apresentava uma diminuição ao longo de duas décadas até 2007, ano em que a Hungria apresenta uma elevada taxa de desemprego. Nos anos seguintes a taxa de desemprego eleva-se aos 10%, sendo acompanhada por um aumento da taxa de suicídio entre os desempregados (como é possível observar-se na Tabela 1). Durante o período 2001 a 2011, em que a taxa de desemprego foi sempre crescente verificou-se simultaneamente um aumento da utilização de antidepressivos (The Lancet, 2013).

Tabela 1 – Dados Brutos sobre as taxas de suicídio, desemprego e uso de antidepressivos na Hungria

Ano	Nº Total de casos de suicídio	Taxa de suicídio (por 100.000 habitantes)	Taxa de desemprego	Número de casos de suicídio durante o desemprego	Taxa de suicídio entre a população desempregada (por 100.000 desempregados)	Uso de antidepressivos (Dose diária definida por 1.000)
2000	3269	32,02	6,4	311	117,9	13,65
2001	2979	29,23	5,7	255	108,9	16,28
2002	2843	27,98	5,8	221	92,5	18,28
2003	2801	27,65	5,9	216	88,3	21,25
2004	2742	27,12	6,1	238	94,1	20,88
2005	2621	25,98	7,2	220	72,4	23,57
2006	2461	24,44	7,5	210	66,3	25,41
2007	2450	24,35	7,4	239	76,6	24,61
2008	2477	24,67	7,8	276	83,8	26,24
2009	2461	24,56	10,00	353	83,9	26,33
2010	2492	24,92	11,20	359	75,6	27,08
2011	2422	24,29	10,90	341	72,9	27,60

Fonte: The Lancet, 2013

A existência de uma relação direta, em economias em queda, onde se verificam maiores taxas de desemprego e maiores taxas de suicídio é controversa. Dados os exemplos em que tal relação não foi verificável, como os casos da Estónia, Letónia e Lituânia em 2009, um período de grande recessão.

Os referidos sintomas muitas vezes acabam por se alastrar para a restante família (Junankar, 1991).

É estabelecida uma relação entre o desemprego e a taxa de mortalidade, uma vez que, estar desempregado, contribui para uma depreciação do estado de saúde do indivíduo. Pessoas desempregadas que anteriormente não apresentavam problemas de saúde, têm uma maior probabilidade de morrer (37%) no prazo de dez anos, quando comparadas com a restante população (Stewart, 1999); (Doyle *et al.*, 2005). A perda de emprego tem consequências na vida individual, como a perda de habitação própria ou o fim de relações

amorosas, que potencializam ansiedade e *stress* que, por sua vez, conduzem a doenças mortais, nomeadamente as doenças cardiovasculares (Junankar, 1991); (Doyle *et al.*, 2005).

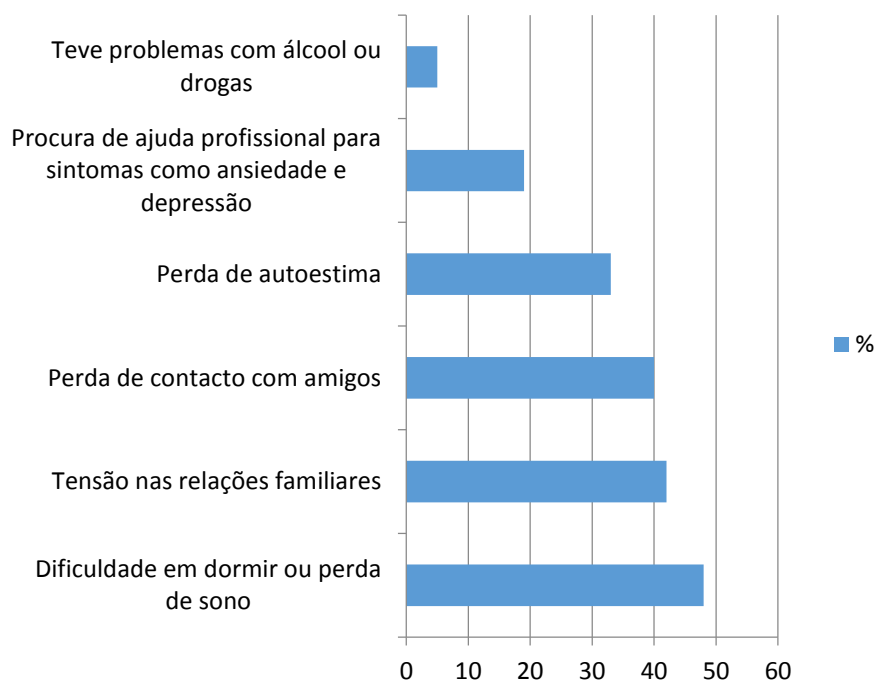


Figura 6 – Experiências vividas no desemprego

Fonte: Morin & Kochhar, 2010

A exposição ao desemprego constitui um choque para o desempregado, afetando a sua perceção sobre a vida, as suas emoções e a sua atitude perante a procura de um novo trabalho. Como exemplo disso, temos a baixa autoestima que se pode tornar num obstáculo à procura e oportunidade de obter um novo emprego. Outro exemplo disso, são as alterações que surgem na rotina como o facto de ter de procurar ativamente emprego, situação que causa muitas vezes ansiedade e *stress*, pelo medo de fracassar, quando surge uma oportunidade de ir a uma entrevista. Estas situações podem também vir a gerar conflitos no início de uma nova atividade, e afetar o desempenho produtivo (Darity & Goldsmith, 1996); (Moore & Waters, 2002); (Sandonís, 2003).

2.7. Desemprego e duração do desemprego

Com o aumento da duração de desemprego, as relações com a família tornam-se tensas, havendo também a perda do contacto com amigos. Os desempregados que estão nesta situação por longos períodos têm uma menor autoestima e respeito por si próprios, colocando em dúvida o seu futuro profissional. Têm ainda menores expectativas em relação ao futuro posto de trabalho, uma vez que acreditam que no futuro posto de trabalho irão encontrar piores condições. A situação de desemprego representa ainda uma perda de valor para o indivíduo, nomeadamente ao nível da diminuição e/ou perda das suas competências profissionais (Morin & Kochhar, 2010).

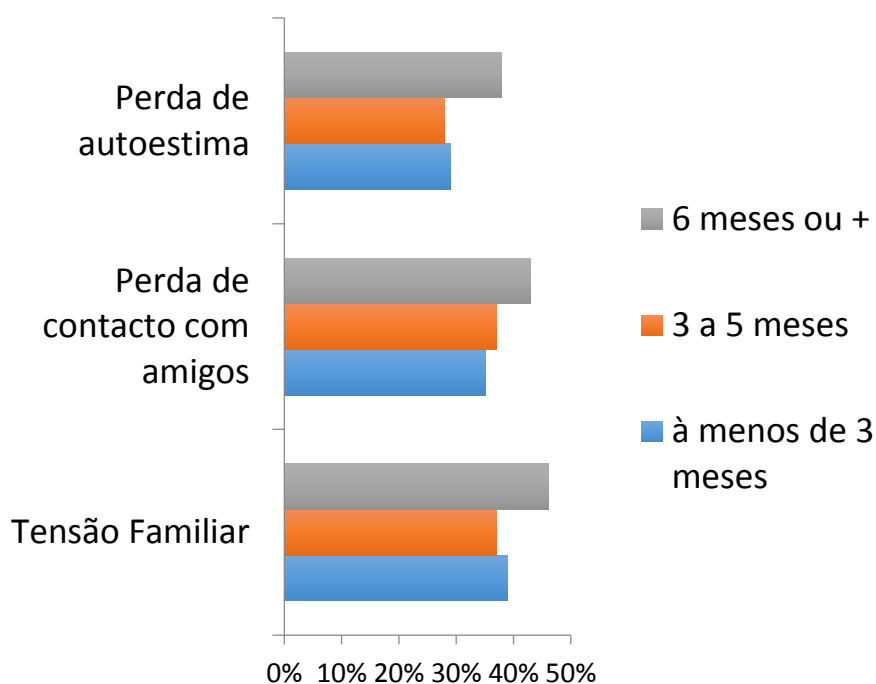


Figura 7 – Impacto provocado pelo desemprego no indivíduo

Fonte: Morin & Kochhar, 2010

Segundo o estudo de Morin e Kochhar (2010), é observável a existência de um forte impacto nas expectativas dos indivíduos desempregados há menos de três meses, constituído pelo choque da situação. Os efeitos negativos da situação de desemprego são ligeiramente aliviados nas pessoas desempregadas, entre 3 e 5 meses, o que pode ser observado na figura nº6. Uma vez passado o choque inicial da situação de desemprego, esta apresenta,

temporariamente, algumas vantagens, como por exemplo, o desempregado passar a ter um recurso precioso - tempo, que pode dedicar à família, às tarefas domésticas e ao lazer.

No entanto, após seis meses da manutenção da situação de desemprego, os efeitos negativos começam a acentuar-se levando uma grande percentagem de indivíduos, como consta no Figura 6, a declarar a perda de autoestima, tensão familiar e perda de contacto com amigos e colegas de trabalho (Morin & Kochhar, 2010).

Por outro lado, o desempregado de longa duração encontra inúmeras barreiras na sua tentativa de reentrar no mercado de trabalho, nomeadamente, decorrentes das empresas de recrutamento procurarem evitar contratar pessoas nesta condição (Finnegan, 2012).

2.8. A perda de competências

Nos Estados Unidos da América verificou-se que entre 1960 e 2008 o tempo médio de desemprego passou de quinze semanas para quarenta semanas. Este aumento considerável de tempo, criou preocupação nos decisores políticos, uma vez que acreditavam que existe uma relação entre o desemprego de longa duração e a perda de competências, resultando numa perda de capital humano. Esta situação verifica-se, quando um desempregado regressa ao mercado de trabalho, apresentando uma menor produtividade do que um indivíduo que não enfrentou uma perda de competências, por estar desempregado. Também como resultado da perda de capital humano, o desempregado poderá ver o seu salário reduzido na futura oportunidade de trabalho. Tal situação reflete-se ainda nas políticas de recrutamento das empresas: quando estas apresentam menos vagas para o preenchimento de postos de trabalho, a probabilidade de um desempregado ocupar esse posto é menor. Esta política de recrutamento conduz a um ciclo negativo, resultando num aumento do tempo de desemprego, que produz uma perda de competências nas pessoas desempregadas. (Laureys, 2012) ; (Potrafke, 2011).

2.9. Exclusão social, os laços e a família

Os direitos humanos dos desempregados também são afetados no que diz respeito à sua perda de liberdade. Também a atitude por parte do Estado conservador de que os subsídios são um privilégio e não um direito, provocam inúmeras pressões nos desempregados, nomeadamente no condicionamento de inserção em programas de emprego e acesso a benefícios (Watts & Mitchell, 2000).

O sofrimento e a perda de rendimento decorrente da perda de emprego não afeta só o trabalhador extendendo-se também à sua família e às próprias relações familiares.

A exclusão social e económica promovem o comportamento anti-social e o crescimento de atividades paralelas, como meia para gerar rendimentos. Verifica-se ainda que os desempregados tendem a habitar casas mais baratas ou sociais (Watts & Mitchell, 2000).

Desta forma, foram realizados vários estudos acerca dos efeitos do desemprego no casamento e violência familiar.

Em Michigan, Detroit e Flint nos Estados Unidos, onde a indústria automóvel tem um grande peso, tendo sido severamente afetada pela recessão na década de 80, verificaram-se taxas de desemprego de 16,2%, em 1982, e 21,2%, em 1988. Um estudo aborda o caso da General Motors que, em 1986, anunciou que iria proceder ao fecho de nove unidades fabris, até ao final de 1987. Esta situação proporcionou aos autores uma comparação quase experimental de trabalhadores pertencentes a quatro fábricas que iriam fechar com os trabalhadores de outras doze unidades que se mantinham em funcionamento, em três momentos distintos: três meses antes do encerramento das unidades fabris; um ano após e dois anos após o fecho. As comparações basearam-se em entrevistas que visavam avaliar a capacidade financeira, conflitos e relações familiares, autoestima, sentimento de culpa e a saúde física e mental dos entrevistados. Os resultados obtidos demonstram que existe uma forte ligação entre o desemprego e a perda de rendimento, que por sua vez, influencia negativamente as relações familiares. Estas relações tornam-se, muitas vezes, mais tensas e *stressantes* (Broman, Hamilton, & Hoffman, 1996).

Também os filhos dos desempregados mostram ser mais propensos a ser influenciados pela situação dos pais. Isso reflete-se em notas escolares mais baixas, mais retenções no ano escolar e mais ações disciplinares quando comparados com filhos de pais empregados. Os próprios objetivos dos jovens face ao ingresso na faculdade podem ser alterados. Num estudo realizado em 2007, durante o período de desemprego vivido pelos pais, 6% das crianças brancas, de classe média, tem menos aspirações de ingressar na faculdade, do que crianças da mesma raça e classe social, ao passo que 19% das crianças negras, de classe média tem menos intenções de se matricular no ensino superior quando comparadas com pais empregados da mesma raça (Finnegan, 2012).

As carências económicas derivadas do desemprego minam as bases para a constituição de famílias, bem como, a natalidade, por falta de capacidade do indivíduo em assumir compromissos financeiros futuros. No entanto, os efeitos são diferentes por género. Os homens sentem maior dificuldade para constituir família por motivos relacionados mais com questões financeiras do que com o desemprego persistente. Nas mulheres, o desemprego parece ter um efeito contrário, ao constituindo um incentivo para terem filhos, particularmente quando se encontram desempregadas por longos períodos de tempo e possuem qualificações mais baixas. Tais situações foram verificadas no Reino Unido e na Alemanha. Contudo as mulheres com qualificações escolares mais elevadas, quando se encontram desempregadas, não são tão propensas assumir uma parentalidade, procurando reintegrar o mercado de trabalho (Schmitt, 2008).

3. O emprego como desafio central da Europa

As políticas ativas de emprego são um dos pilares do Estado Social, e estão no centro da Estratégia Europeia para o Emprego. Assim, o tema emprego é um objetivo comum por parte dos Estados Membros da União Europeia (Kluve, 2006).

As políticas ativas de emprego propõem-se reintegrar os desempregados no mercado de trabalho, conseguindo dessa maneira um aumento do estado de bem-estar, ou levar ao investimento em capital humano. Estas políticas também se propõem manter o mercado ajustado, no que concerne à oferta e procura de vagas de trabalho e, por outro lado, incentivar os beneficiários de subsídio de desemprego a procurarem ativamente trabalho (Boone & Ours, 2004).

Assim, as políticas ativas de emprego caracterizam-se pela assistência na procura ativa de emprego, subsídios e incentivos à contratação de desempregados, bem como, pelo investimento em formação profissional. Tais medidas têm como finalidade dotar as pessoas de mais competências e, conseqüentemente, de maior capital humano (Heckman *et al.*, 1999), para além de ajudar as pessoas a integrar e/ou reintegrar o mercado de trabalho, bem como mobilidade entre empregos (Dias & Varejão, 2012).

Estas medidas tornaram-se populares entre os países membros da OCDE, por permitirem atingir o objetivo de uma taxa elevada de empregabilidade, aliada a orçamentos equilibrados. Por outro lado, são instrumentos de contenção salarial, no que respeita à lei da oferta e da procura, pois havendo mais candidatos aos empregos, os salários tendem a diminuir. É ainda de salientar que têm como objetivo dotar as pessoas de competências, para dar resposta aos desafios da globalização (desafios que requerem uma constante atualização de competências, bem como uma maior mobilidade) e aumentar a capacidade de trabalho e adaptabilidade dos que trabalham (Daguerre & Etherington, 2009).

A UE, através das diretrizes 1, 2 e 6 da Estratégia Europeia para o Emprego, procura dar resposta e orientar os Estados-Membros na adoção de formas de combater o flagelo do desemprego:

- procurando diminuir o tempo de desemprego, no caso dos jovens, esperando-se que estes consigam encontrar novo emprego num período inferior a seis meses e no caso dos adultos num período inferior a doze meses.

- incentivando os Estados-Membros a apostarem em medidas ativas de emprego, de forma a dar uma melhor resposta ao mercado de trabalho (Avaliação do impacto da estratégia europeia para o emprego em Portugal: Políticas activas para a empregabilidade, 2003).

Num momento em que os custos com o estado de bem-estar estão a aumentar nas sociedades de mercado, torna-se pertinente o conhecimento dos efeitos que as medidas ativas de emprego produzem, nomeadamente, em relação aos custos e benefícios. Neste domínio é fundamental a avaliação das políticas ativas de emprego para a tomada de decisões, dada a escassez de recursos (Heckman *et al.*, 1999).

Contudo, os estudos acerca das referidas medidas são escassos e pouco conclusivos. Heckman *et al.*, (1999) referem que os Estados Unidos fazem um maior investimento em estudos sobre políticas ativas de emprego do que, por exemplo, a Europa. Os resultados dos estudos servem para aferir o sucesso que as medidas têm, bem como apoiar na tomada de decisão relativa à sua extensão ou proceder a alterações das mesmas.

Os estudos realizados na Europa revelam resultados semelhantes aos obtidos nos Estados Unidos e suscitam duas questões. A primeira questão prende-se com o efeito produzido pelos programas de emprego nas competências de pessoas com baixas qualificações. E, em segundo lugar, questiona-se o investimento social em tais programas de emprego.

As políticas ativas de emprego têm tanto efeitos positivos como negativos, não sendo possível chegar a conclusões sobre os seus impactos apenas do ponto de vista teórico, pois existe um conjunto de variáveis que as pode influenciar, como o momento ideal para a criação de uma política desta natureza relacionado com o mercado de trabalho. Por outro lado existe um conjunto de medidas ativas de emprego que se encontra pouco ou inexplorado (Calmfors, 1994).

Através das experiências de Heckman *et al.* (1999), no âmbito de estudos de avaliação de políticas ativas de emprego ao longo de trinta anos, percebeu-se que há muito a melhorar em estudos futuros, nomeadamente que as variáveis

diferem de caso para caso, podendo haver uma multiplicidade de respostas para o mesmo caso. Por outro lado, quando se procede a uma avaliação de uma medida não se deve ignorar a situação económica que está subjacente ao problema. Os dados ao dispor de quem procede às avaliações estão, na maioria dos casos, ainda em bruto, havendo assim uma perda de qualidade. Numa avaliação não se pode descurar o que se está a observar, sendo importante comparar pessoas em circunstâncias semelhantes ao nível de histórias de vida e desemprego e não extrapolar quando se compara pessoas em situações distintas (Heckman *et al.*, 1999). A forma como os programas estão concebidos não apresentam os efeitos que seriam desejados, nem o seu impacto. Outra das conclusões para os autores, é que, muitas vezes, não é possível fazer uma avaliação prévia das medidas no que concerne à comparação entre custos e benefícios. Os benefícios parecem ser pouco abrangentes, uma vez que, grande parte das medidas têm como público-alvo pessoas com menos qualificações e, por outro lado, as despesas *per capita* com as medidas são insuficientes face às necessidades que visam suprimir (Heckman *et al.*, 1999). Através das políticas ativas de emprego procura-se um ponto de equilíbrio entre os incentivos à criação do próprio emprego, bem como aumentar as hipóteses de empregabilidade (Calmfors, 1994).

3.1. As Políticas de Emprego em Portugal e a importância do Contrato Emprego-Inserção

Em Portugal, no decorrer de 1997, foi criada a medida ativa de emprego de estágios profissionais e, posteriormente, em 1998, integrada no plano nacional de emprego, visando uma melhor integração dos jovens no mercado de trabalho. Foi criado o Plano Nacional de Emprego (PNE) integrando as diretrizes emanadas pela União Europeia, com o objetivo de abranger um maior número de desempregados. As políticas ativas de emprego procuram promover o desenvolvimento das competências socioprofissionais dos mesmos. Surgem também os apoios à contratação, nomeadamente para os desempregados de longa duração (pessoas que se encontram desempregadas há mais de doze meses) e jovens que procuram o seu primeiro emprego.

O PNE veio alterar as regras relativamente aos beneficiários dos Programas Ocupacionais, criados em 1989 através do Decreto-Lei nº 79-A/89, de 13 de março, que abrangiam apenas desempregados beneficiários de subsídio de desemprego ou que tivessem carências económicas (Avaliação do impacto da estratégia europeia para o emprego em Portugal: Políticas activas para a empregabilidade, 2003).

Atualmente, na proteção ao desemprego existem dois tipos de medidas: as medidas passivas, que abrangem o subsídio de desemprego e o subsídio de desemprego social; e as medidas ativas de emprego, que incluem um vasto leque de medidas (167 medidas, sendo muitas delas pequenas variações de outras existentes). As medidas passivas caracterizam-se por uma transferência de valor que visa atenuar a perda de rendimento dos desempregados. Contudo existem restrições no acesso a este tipo de medidas como por exemplo... (Dias & Varejão, 2012).

Em Portugal, existe uma lacuna no que se refere à avaliação e efeitos produzidos pelas medidas de políticas ativas de emprego, existindo escassos estudos. Contam-se dois estudos, para lá dos relatórios de execução realizados pelo IEFP. Nunes (2007) como citado por Dias e Varejão (2012), realizou um estudo acerca dos Programas Ocupacionais, sendo o outro estudo relacionado com os Programas Inerjovem e Reage de Centeno *et al.* (2009, citado por Dias & Varejão, 2012).

No ano de 2012, foi elaborado por Dias e Varejão um estudo de avaliação das políticas ativas de emprego, procurando perceber os efeitos causais das participações nas medidas de emprego e formação profissional, sobre a empregabilidade, recorrendo a informação detalhada proveniente da Segurança Social e do IEFP, IP.

Nos últimos dez anos o Programa Ocupacional/Contrato Emprego-Inserção foi a medida de política ativa de emprego que mais beneficiários abrangeu (58%), inserida nas Medidas Ocupacionais. Seguem-se com valores significativamente inferiores os estágios (25%), os apoios à contratação (11%), os apoios ao empreendedorismo (4%) e o autoemprego (2%) (Dias & Varejão, 2011).

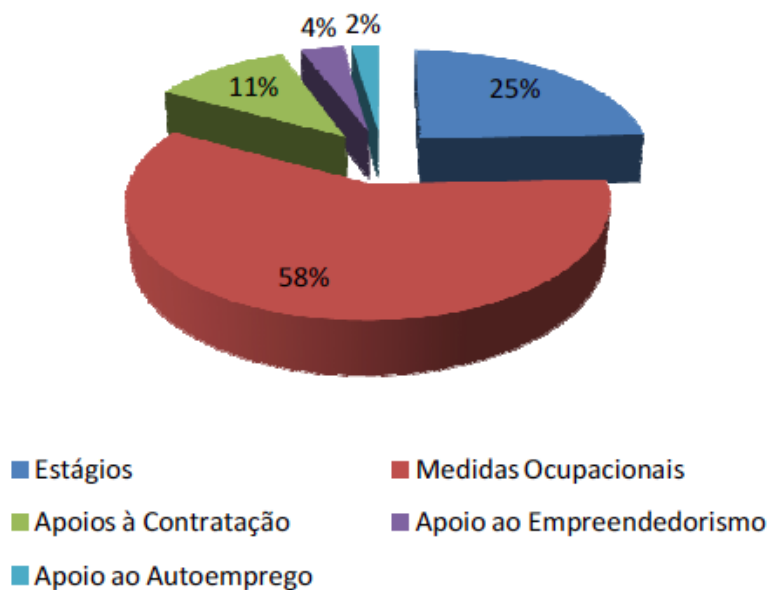


Figura 8 – Participações em Medidas Ativas, por tipo de medida (2001-2011*)

Fonte: Dias & Varejão, 2012

*valores até agosto

3.2. Caracterização do Contrato Emprego-Inserção

O programa Contrato Emprego-Inserção sofreu várias modificações traduzidas em decretos regulamentares (Varejão & Dias, 2012).

Os Programas Ocupacionais foram criados no ano de 1989 através do Decreto-Lei nº 79-A/89 que tinham por objetivo o envolvimento de desempregados em atividades sociais úteis. Procurando desta forma minimizar o impacto dos efeitos sociais negativos do desemprego e simultaneamente proporcionar o aumento de probabilidade de emprego.

Através da Portaria nº 145/93, de 8 de Fevereiro, reconhecia-se as condições de trabalho no POC, nomeadamente fixava-se “...dentro da preocupação de fomento da actividade dos desempregados, e na medida em que não surjam oportunidades de emprego conveniente ou formação, considera-se desejável a participação dos desempregados subsidiados em trabalho necessário desenvolvido no âmbito de programas ocupacionais organizados por entidades sem fins lucrativos, em benefício da colectividade por razões de necessidade social ou colectiva (...)”. É a partir deste momento que ganha

importância a utilização de desempregados em atividades ocupacionais promovidas pela Administração Pública.

A Portaria nº 192/96, de 30 de Maio atualizou os Programas Ocupacionais. Este normativo vem reforçar o papel dos POC, *“...não é a execução de tarefas produtivas no mercado de trabalho, mas a ocupação socialmente útil de pessoas desocupadas enquanto não lhes surgirem alternativas de trabalho, subordinado ou autónomo, ou de formação profissional, garantindo-lhes um rendimento de subsistência e mantendo-as em contacto outros trabalhadores e outras actividades, evitando, assim, o seu isolamento e combatendo a tendência para a desmotivação e marginalização”*.

Ainda a Portaria identifica o conceito e âmbito, ou seja, o programa é destinado a desempregados subsidiados e desempregados em comprovada situação de carência económica, isto é, desempregados que apesar de não estarem a auferir subsídio de desemprego encontram-se privados economicamente. Por fim, reforça ainda que a medida não pode consistir no preenchimento de postos de trabalho já existentes.

Em 2004 o Provedor de Justiça após várias queixas de beneficiários do programa, solícita a revogação da Portaria através da Recomendação nº 4/B/04 (Artigo 20º, nº1, alínea b), da Lei nº9/91, de 9 de Abril), uma vez que, comprovou-se que a Administração Pública utilizava a medida para suprimir as suas necessidades permanentes e ocupar postos de trabalho. Tal situação, no entender do Provedor de Justiça, violava o normativo. Foram feitas uma série de recomendações, nomeadamente no que diz respeito ao objetivos do POC, bem como a responsabilização de entidades promotoras que desvirtuassem a medida, e uma ação de acompanhamento e fiscalização por parte do IEFP, IP.

De acordo com o IEFP, IP (www.iefp.pt), o CEI, atualmente é regulamentado pela Portaria nº 164/2011, de 18 de abril que altera e republica a Portaria nº 128/2009, de 30 de janeiro, alterada pela Portaria nº 294/2010, de 31 de maio.

A medida consiste na realização de atividades socialmente úteis por um período máximo de doze meses, que satisfaçam necessidades sociais ou coletivas temporárias, por parte de desempregados subsidiados. Os projetos são promovidos por entidades coletivas públicas ou entidades coletivas privadas sem fins lucrativos.

Esta medida tem três objetivos principais:

- Promoção da empregabilidade dos seus beneficiários; O CEI proporciona a possibilidade de manutenção e melhoria das competências socioprofissionais, adquirida através da relação com o mercado de trabalho;
- Proporcionar aos desempregados o contacto com outras atividades e trabalhadores procurando atenuar a sua desmotivação e quebra de relações que levam ao isolamento e exclusão social;
- Os beneficiários da medida são inseridos em entidades coletivas públicas locais ou entidades coletivas privadas sem fins lucrativos, de forma a colmatar necessidades locais ou regionais.

O Contrato Emprego-Inserção apresenta um conjunto de estímulos para a frequência, por parte dos beneficiários na medida, nomeadamente:

- Bolsa mensal complementar no valor de vinte por cento do I.A.S.;
- São asseguradas as despesas de transporte quando este não é garantido pela entidade;
- Subsídio de alimentação e seguro de acidentes pessoais.

O programa pode ter um carácter obrigatório, isto é, quando o indivíduo é convocado pelo IEFP,IP para integrar a medida, este não pode recusar (exceção feita quando tem justificação enquadrada na legislação). Em caso de recusa injustificada pode representar a perda dos direitos adquiridos enquanto desempregado.

O perfil de beneficiário do Contrato Emprego-Inserção corresponde a uma pessoa do sexo feminino, com idade média aproximada de 40 anos, com menor grau de escolaridade e baixa probabilidade de empregabilidade face a outras medidas de emprego. Verifica-se ainda que é uma medida que abrange uma percentagem significativa de pessoas com idade superior a 55 anos (9,8%) (Dias & Varejão, 2012).

Tabela 2 - Perfil dos Beneficiários das Medidas Ocupacionais (2001-08/2011)		
Sexo	Homens	28%
	Mulheres	72%
Idade Média		39,7 anos
Idade por Escalões	Inferior a 25 anos	8%
	25 a 34 anos	27,4%
	35 a 54 anos	54,8%
	Superior a 55 anos	9,8%
Grau de Escolaridade		
	6 anos	58,5%
	9 anos	19,7%
	12 anos	17,1%
	Ensino Superior	4,8%
Nº de Beneficiários observados: 237. 785		

Fonte: Dias & Varejão, 2012

De acordo com Dias e Varejão (2012) a medida POC/CEI, no médio-longo prazo, influência de forma ligeiramente positiva a probabilidade de obtenção de emprego.

De entre os principais motivos para a integração na medida Contrato Emprego-Inserção, por parte dos desempregados, destaca-se a possibilidade de o programa constituir uma boa oportunidade de emprego, seguida pela possibilidade de auferir um rendimento (que no caso da medida e de acordo com o legislado, se traduz um acréscimo de 20% sobre o subsídio de desemprego). A aquisição e atualização de competências profissionais, seguido por um combate à inatividade, são as outras principais motivações. Os beneficiários salientaram que a medida constitui uma experiência positiva, apesar da baixa taxa de empregabilidade que o programa representa (Dias & Varejão, 2012).

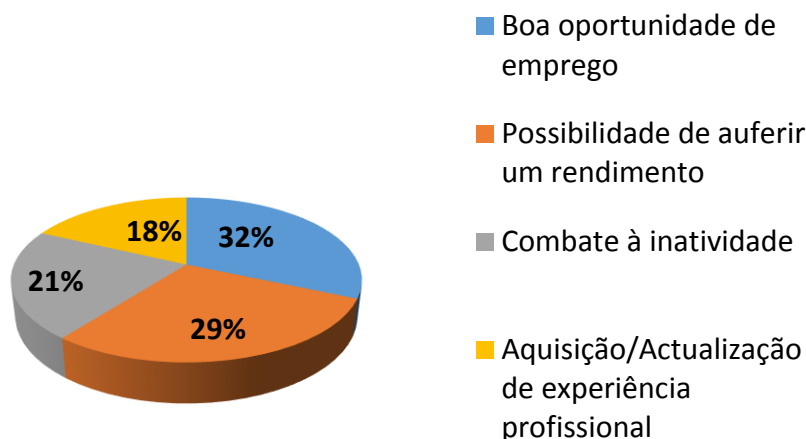


Figura 9 – Motivação para a frequência do CEI/POC

Fonte: Dias & Varejão, 2012

Embora a medida Contrato Emprego-Inserção apresente uma baixa taxa de empregabilidade, 80% dos participantes consideraram que a inserção na medida foi positiva, nomeadamente por ter contribuído para a melhoria das suas competências socioprofissionais e por ter permitido a criação de relações com outros trabalhadores. Como aspeto negativo os participantes salientaram a baixa empregabilidade que o programa proporcionou.

Os números apresentados na Tabela 3, refletem a baixa empregabilidade que o programa confere no seu termo.

Tabela 3 – Beneficiários que terminaram a medida POC/CEI

Medida	Ano	Total	Total de saídas	Termo do Programa	Colocados na entidade	Criação do próprio emprego	Obtenção de emprego através do CTE	Colocados em modalidades alternativas	Desistentes	Outras razões	Não se aplica
CEI	2011	27135	27135	17411	667	3011	961	562	885	3638	
POCs Subsidiados	2011	14	14	14	0	0	0	0	0	0	
CEI	2010	30470	30379	20470	595	3437	949	376	1703	2849	91
POCs Subsidiados	2010	2085	2085	1940	40	39	26	2	17	21	
CEI	2009	9116	9114	3954	149	1572	423	217	1596	1203	2
POCs Subsidiados	2009	25311	25309	19629	472	1800	453	270	982	1703	2
POCs Subsidiados	2008	36006	35995	26444	975	2534	806	502	2059	2675	11
POCs Subsidiados	2007	31833	31833	20878	1245	3384	1042	154	933	4197	
POCs Subsidiados	2006	26176		17692	1074	2314	739	147	842	3368	
POCs Subsidiados	2005	22550		15529	1164	1595	518	84	705	2955	
POCs Subsidiados	2004		21914	14971	1299	1586	408	108	788		1

Fonte: IEFP, 2012

Neste trabalho pretende-se analisar as vantagens e/ou desvantagens do programa Contrato Emprego-Inserção para os desempregados no que diz respeito à empregabilidade, e atenuação dos efeitos negativos do desemprego.

4. Metodologia

Neste capítulo analisamos a metodologia utilizada no presente trabalho, que tem por finalidade responder ao problema de investigação. Deste modo elaboramos um estudo de caso para o efeito.

Almeida e Pinto (1995) refere o estudo de caso como método de análise intensiva, firmando-se num estudo enérgico em amplitude e em profundidade, de um determinado fenómeno (caso ou casos). O estudo de caso ao oferecer a oportunidade de aprofundar o conhecimento de um determinado problema, permite ir mais do que a simples descrição do mesmo, conduzindo o investigador a interessar-se pela interação dos fatores envolvidos através de uma recolha sistemática de dados.

Yin (1994), acrescenta que o estudo de caso é uma investigação empírica que procura compreender um fenómeno contemporâneo no seu contexto real.

A compreensão do “estudo de caso” (importa então saber o que é o caso? Ou o que poderá ser o fenómeno. Um caso ou um fenómeno poderá ser uma infinidade de coisas ou situações) estabelece-se nas características do fenómeno em estudo e no conjunto de características associadas ao processo de recolha, bem como às estratégias de análise dos mesmos. Tem como finalidade responder a dúvidas acerca de determinado fenómeno ou acontecimento atual sobre o qual não existe controlo fidedigno (Yin, 1994), (Coutinho & Chaves, 2002).

Apesar da importância empírica que o estudo de caso comporta, também a orientação teórica constitui grande importância de forma a conseguir dar resposta a questões fundamentais como:

- O que observar?;
- Que dados são relevantes?;
- Quais as questões que devem constar do questionário?

(Ponte, 2006).

O objetivo da presente metodologia é relatar os factos como sucederam, descrevendo situações, possibilitando assim conhecimento acerca do fenómeno particular estudado e comprovar ou contrastar efeitos e relações presentes no caso, proporcionado ao investigador uma visão de como os participantes são afetados do ponto de vista destes, ou o conhecimento obtido traduz-se por

pragmático, proporcionando um nível detalhado do objeto ou fenômeno em estudo (Guba & Lincoln, 1994), (Ponte, 2006).

4.1. Estudo de Caso e suas características

O estudo de caso caracteriza-se por ser um fenômeno observado no seu ambiente natural, recolhendo dados de diversas fontes (questionários, entrevistas, observações, registros de áudio e vídeo, cartas, entre outras). São analisadas mais do que uma pessoa ou entidades (ver referência artigo).

Coutinho e Chaves 2002 identificam cinco características de um estudo de caso. Sendo uma das características um estudo limitado, que se foca sobre um “caso” que necessita de ser identificado, contendo uma especificidade única. O investigador recorre a múltiplas fontes de dados e a investigação sucede-se em “ambiente natural”.

4.2. Objeto de investigação

O objeto de investigação são os antigos e atuais beneficiários do programa POC/CEI bem como entidades promotoras que integraram a medida nos últimos três anos (2009 a 2012).

4.3. Amostra

No estudo de caso a amostra alcança um sentido muito especial. Neste caso foi utilizada uma amostra por conveniência de beneficiários e entidades promotoras abrangidas pelo Centro de Emprego do Porto e Centro de Emprego do Porto Ocidental. Foram enviados 150 questionários para beneficiários e 50 questionários para entidades promotoras com processos CEI/CEI+.

Como critério da amostra, o IEFP calculou o peso relativo das pessoas e entidades por medida, Centro de Emprego e ano da candidatura. Posteriormente aplicou a essas percentagens 150 e a 50, respetivamente, para

determinar o número de pessoas e de entidades a considerar, por fim considerou os primeiros (150 e 50) registos apresentados no sistema informático.

4.4. Métodos e técnicas de recolha

Embora tenha sido utilizado um dos métodos de recolha mais comuns, os questionários, foram utilizados dados de diversas fontes (questionários, dados do IEFP, IP, EUROSTAT, Relatório Final de Dias e Varejão (2012), de forma a obter várias medidas do fenómeno, permitindo fazer uma triangulação dos dados no momento de análise dos dados.

Assim a utilização de múltiplas fontes reveste-se de grande importância, para as conclusões e descobertas obtidas, já que resultam de um conjunto de ratificações. A utilização de múltiplas fontes apresenta ainda vantagens quanto à validação do estudo (Yin, 1994).

A utilização dos questionários é relevante no estudo de caso, permitindo a definição das questões prévias a que se pretende obter resposta. Foram utilizados questionários do tipo estruturados de forma quantitativa (ref do artigo).

Foi pedida autorização ao IEFP, IP para proceder ao envio dos questionários, que para os beneficiários se encontram divididos em quatro partes: a primeira parte diz respeito aos efeitos negativos do desempregado antes de frequentar a medida, a segunda encontra-se relacionada com a frequência na medida e integração do desempregado e a terceira diz respeito à situação do desempregado após frequência na medida e de que forma esta o conseguiu influenciar positivamente. Por fim, a quarta parte diz respeito ao perfil do desempregado, como os seus dados demográficos e o seu percurso académico (Anexo I).

Os questionários destinados às entidades promotoras encontra-se dividido em três partes: a primeira parte confere respeito ao conhecimento acerca das políticas ativas de emprego existentes, a segunda parte está relacionada com a satisfação da participação dos beneficiários e a última parte encontra-se relacionada com a estratégia de recrutamento (Anexo II).

4.5. Análise de dados

Assim numa primeira fase procedeu-se ao envio dos questionários a beneficiários e promotores do CEI. Na segunda fase procedeu-se à elaboração de uma base de dados. Em terceiro e último lugar utilizou-se a estatística descritiva a fim de disponibilizar os dados através de gráficos, o que permite uma rápida e simples forma de interpretação dos dados (Silva, 2009), através do *software* Excel.

5. Resultados

5.1. Beneficiários do CEI

Para a elaboração do presente estudo, foram realizados 150 questionários a beneficiários da medida POC/CEI, dos quais se obteve uma taxa de resposta de 44% (66 respostas). Destas 32% são indivíduos do sexo masculino enquanto 68% são do sexo feminino.

A faixa etária dos 26 aos 54 anos é a mais representativa da amostra com 85% dos inquiridos, sendo que as restantes faixas etárias apresentam pouca expressão nomeadamente, dos 18 aos 25 anos (3%) e dos 55 aos 64 anos (12%).

Ao nível das habilitações escolares verifica-se que os participantes são maioritariamente do ensino secundário/profissional (24,2%), seguindo-se o 3º ciclo (9ºano) (22,7%), o 2º ciclo (6ºano) (21,2%), o 1º ciclo (12,1%), as pessoas com habilitações inferiores ao 4º ano (9,1%) e por fim as pessoas com o grau de ensino superior (6,1%). 4,6% dos inquiridos não responderam à questão.

5.1.1. Situação face ao emprego

Relativamente à situação de emprego/desemprego dos beneficiários observa-se que a maioria dos inquiridos se encontra numa situação de desemprego (86,4%). Dos quais, 65,1% estão desempregados por um período superior a 12 meses e apenas 13,7% conseguiram um contrato de trabalho.

Tabela 4 - Distribuição da amostra face à situação perante o emprego				
			Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Empregado	Por conta Própria		0	0%
	Por conta de outrem	A termo	8	12,12%
		Sem termo	1	1,51%
Desempregado	<6 meses		5	7,58%
	6 a 12 meses		9	13,64%
	>12 meses		43	65,15%
Não respostas			0	0%
TOTAL			66	100%

5.1.2. Motivações para a frequência na medida

De acordo com a Tabela 5, 50% dos entrevistados têm a percepção de que o CEI/POC é muito importante para obter emprego. É ainda importante como uma oportunidade para o desenvolvimento de uma nova atividade. Referiram ainda ser uma forma de contactar com outras pessoas. Por fim, consideraram ainda que o programa surge de forma muito importante, pois constitui um acréscimo ao seu rendimento, bem como a manutenção e valorização das suas competências profissionais.

	Nada importante	Pouco importante	Algo importante	Muito importante	Não respondeu
Oportunidade de emprego	8 (12,12%)	10 (15,15%)	14 (21,21%)	33 (50,00%)	1 (1,52%)
Desenvolvimento de nova atividade	5 (7,58%)	4 (6,06%)	23 (34,85%)	32 (48,48%)	2 (3,03%)
Contacto com outras pessoas	3 (4,54%)	0 (0%)	26 (39,39%)	36 (54,55%)	1 (1,52%)
Acréscimo de 20% ao valor do subsídio de desemprego	4 (6,06%)	7 (10,61%)	12 (18,18%)	39 (59,10%)	4 (6,06%)
Manutenção das competências profissionais	3 (4,54%)	4 (6,06%)	16 (24,24%)	39 (59,10%)	4 (6,06%)
Valorização da experiência profissional	4 (6,06%)	4 (6,06%)	12 (18,18%)	43 (65,15%)	3 (4,55%)

5.1.3. Situação antes e após a medida CEI

	Antes da inserção na medida					Após inserção na medida				
	Nenhuma	Pouca	Razoável	Muita	Não resposta	Nenhuma	Pouca	Razoável	Muita	Não resposta
Felicidade	15,2%	39,4%	25,8%	13,6%	6,1%	16,7%	21,2%	43,9%	9,1%	9,1%
Autoestima	10,6%	30,3%	45,4%	6,1%	7,8%	9,1%	16,7%	59,1%	10,6%	4,5%
Inatividade	0%	13,6%	42,4%	33,3%	10,6%	3,0%	22,7%	37,9%	27,2%	9,1%
Tempo livre	9,1%	22,7%	36,4%	21,2%	10,6%	10,6%	22,7%	40,9%	18,2%	7,6%

É possível verificar que 39,4% dos beneficiários antes de ingressarem no programa responderam que estavam pouco felizes. Após a realização verificou-se que 43,9% encontravam-se de forma razoável no que diz respeito à sua felicidade. No que diz respeito à autoestima 30,3% declararam pouca autoestima antes de frequentar a medida. Depois de terminar a frequência foram 16,7% a declararem continuar com pouca autoestima.

5.1.4. Efeitos do desemprego Vs. Efeitos da medida

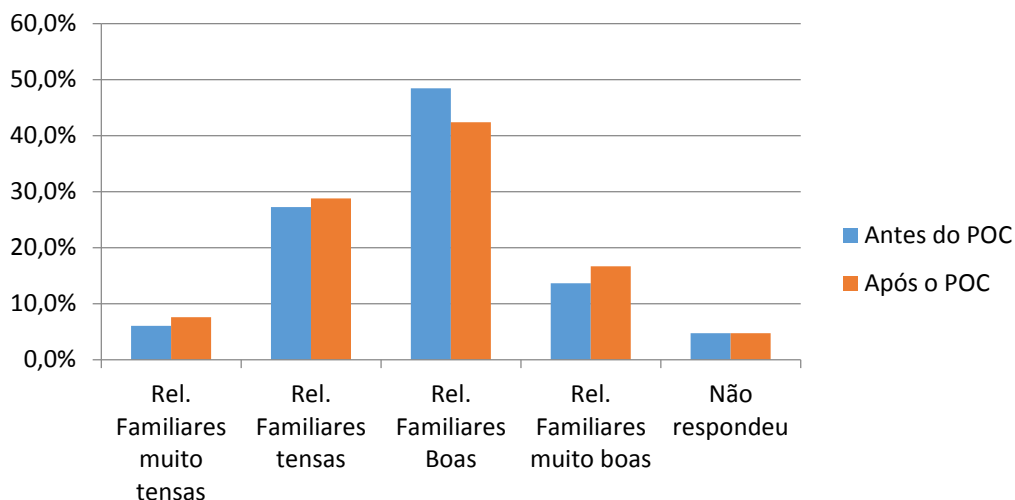


Figura 10 - Relações familiares antes e após a realização do programa

De acordo com a Figura 10, antes da realização do programa, 33,3% dos inquiridos afirmavam ter relações familiares tensas e muito tensas. Após a frequência da medida observou-se um ligeiro aumento (3,0%) de casos que se apresentavam nesta situação.

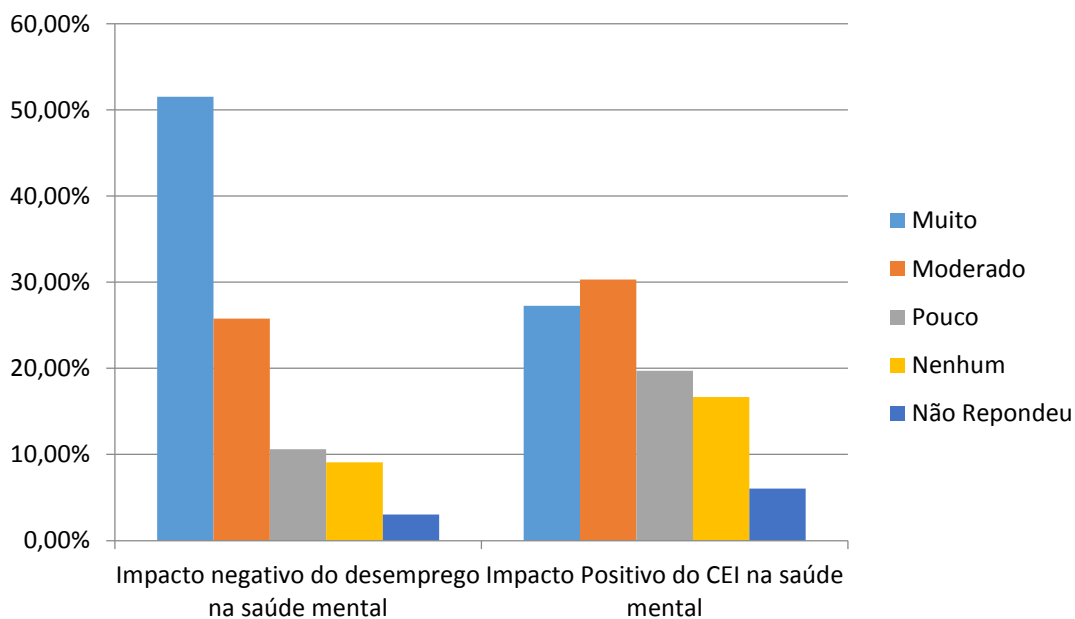


Figura 11 - Efeitos do desemprego a nível mental antes e depois da inserção no POC/CEI

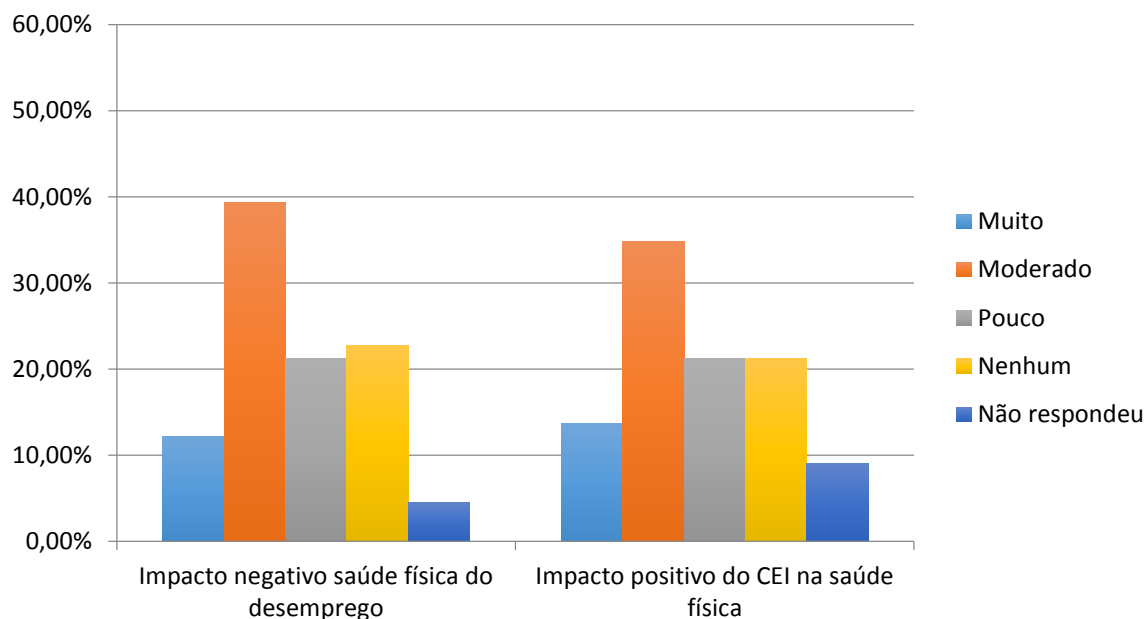


Figura 12 - Distribuição da amostra dos efeitos do desemprego a nível físico antes e depois da inserção no POC/CEI

Através das Figuras 11 e 12 verifica-se que o desemprego apresenta um impacto superior na saúde mental dos desempregados do que na saúde física. Assim 77,3% dos desempregados revelam que esta situação afetou entre moderadamente e muito a sua saúde mental, comparado com 51,5% do impacto negativo na saúde física. É de salientar que o impacto negativo na saúde mental se situa maioritariamente classificado como “muito” (51,5%), já o impacto na saúde física se situa maioritariamente no “moderado” (39,4%). Após o término do programa, 27,3% declararam que este teve um impacto muito positivo ao nível da sua saúde mental. É ainda de salientar que 30,3% relataram que este teve um impacto moderado na mesma. Ao nível da saúde física 34,9% dos inquiridos referiram que o POC/CEI teve um impacto moderado na sua saúde.

5.1.5. Empregabilidade e Satisfação da amostra após frequência na medida

Os beneficiários da medida em geral encontram-se satisfeitos pelo acolhimento que foram alvos por parte da entidade promotora. Também no que se refere às tarefas adequadas aos seus conhecimentos declararam estar na

sua maioria satisfeitos. Por fim, uma grande percentagem refere ter ficado realizado por se encontrar a executar uma atividade (ver tabela nº2 em anexo nº 1.1).

O POC/CEI correspondeu a uma experiência satisfatória para a maioria dos beneficiários (57,6%). Sendo que 19,7% dos beneficiários declararam mesmo que a experiência com a medida os deixou muito satisfeitos (Figura 3 em anexo nº1.2).

Tabela 7 - Taxa de empregabilidade da amostra no termo do programa	
	Nº de respostas (%)
Não foi contratado pela entidade promotora	49 (74,2)
Foi contratado pela entidade promotora	12 (18,2)
Não respondeu	5 (7,6)

No termo do programa foram contratados pelas entidades promotoras cerca de 12 beneficiários, o correspondente a 18,18%. Sendo que a maioria dos beneficiários 49 (74,24%), retomou à situação de desempregado.

5.2. Entidades Promotoras

5.2.1. Informação acerca das PAE

O objetivo do contacto com as entidades promotoras foi perceber qual o conhecimento que estas têm acerca de medidas de política ativa de emprego, e qual o objetivo da sua candidatura à medida (se é uma mais-valia para a sua estratégia de recrutamento).

Para a elaboração do presente estudo, foram realizados 50 questionários a entidades promotoras da medida POC/CEI, dos quais se obteve uma taxa de resposta de 66% (33 respostas).

As entidades abordadas referiram que foi através do “Centro de Emprego”, que na sua maioria (51,4%) tomaram conhecimento da medida POC/CEI, seguindo-se o “IEFP,IP” citado por 22,9% das entidades. A

“comunicação social” foi referenciada em 17,1% das ocasiões e por fim, “outros” meios por 8,6%. Este último, corresponde na sua totalidade, à obtenção do conhecimento da medida, através de outras entidades promotoras.

Grande parte das entidades promotoras (69,70%) da medida “Contrato Emprego-Inserção” tem conhecimento da existência de outras medidas políticas ativas de emprego, no entanto uma parte ainda significativa (24,24%) desconhece a existência de outras medidas que vão para lá da medida “Contrato Emprego-Inserção” (Figura 4 em anexo 1.2).

Os “estágios profissionais” foi a medida mais citada (14 vezes) pelas entidades promotoras do POC/CEI, que responderam ter conhecimento de outras medidas de PAE. Seguindo-se a “medida estímulo 2012”, referida 10 vezes e o “impulso jovem”, 9 vezes. A medida CEI+, que é a mais similar ao POC/CEI, foi enumerada por 7 vezes. Por fim, a medida de “apoios à contratação” foi referida 3 vezes e as restantes, como o “Passaporte Economia Social”, “Programa Vida Emprego”, entre outras, foram citadas apenas 1 vez (ver Tabela 4 - Anexo 3).

5.2.2. Caracterização das candidaturas ao CEI

Tabela 8 - Número de candidaturas anuais à medida POC/CEI por parte da entidade	
	Nº (%)
Promoção de uma ou mais candidaturas/ano	24 (72,23%)
Esporadicamente	4 (12,12%)
Primeira candidatura	5 (15,15%)
TOTAL	33 (100%)

Verifica-se que as entidades recorrem bastante à medida, nomeadamente 72,73% destas promoveram mais do que uma vez no ano a medida POC/CEI (tabela).

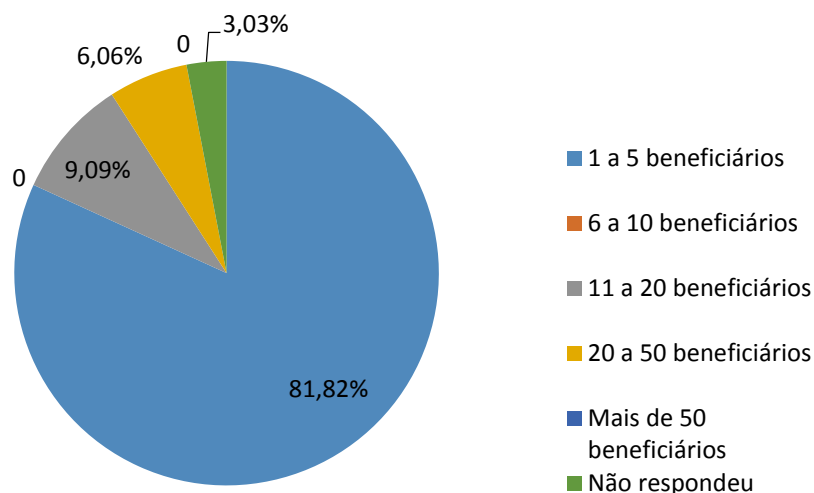


Figura 13 – Número de beneficiários abrangidos

Relativamente ao número de beneficiários, temos que 81,82% das entidades abrangem em média 1 a 5 beneficiários por programa, 9,09% promovem o projeto em maior escala, abrangendo entre 11 a 20 beneficiários e 6,06% das entidades entre 20 a 50 beneficiários. Uma das entidades não respondeu a esta questão (3,03%).



Figura 14 - Estratégia de recrutamento

Uma parte significativa das entidades promotoras (42,4%) declarou que a sua candidatura à medida Política Ativa de Emprego POC/CEI não se enquadra em qualquer estratégia de recrutamento da sua parte. E 45,5% das entidades não estabelecem nenhum procedimento para a criação de uma bolsa de candidaturas onde constam os beneficiários.

As entidades promotoras do projeto CEI (69,7%) concordam de maneira geral que os desempregados se apresentaram motivados. Além disso, a 78,8% das entidades referiram que os mesmos apresentam competências profissionais para as atividades por si propostas e 66,8% mencionam que os beneficiários desenvolveram as atividades de forma competente e entusiasta.

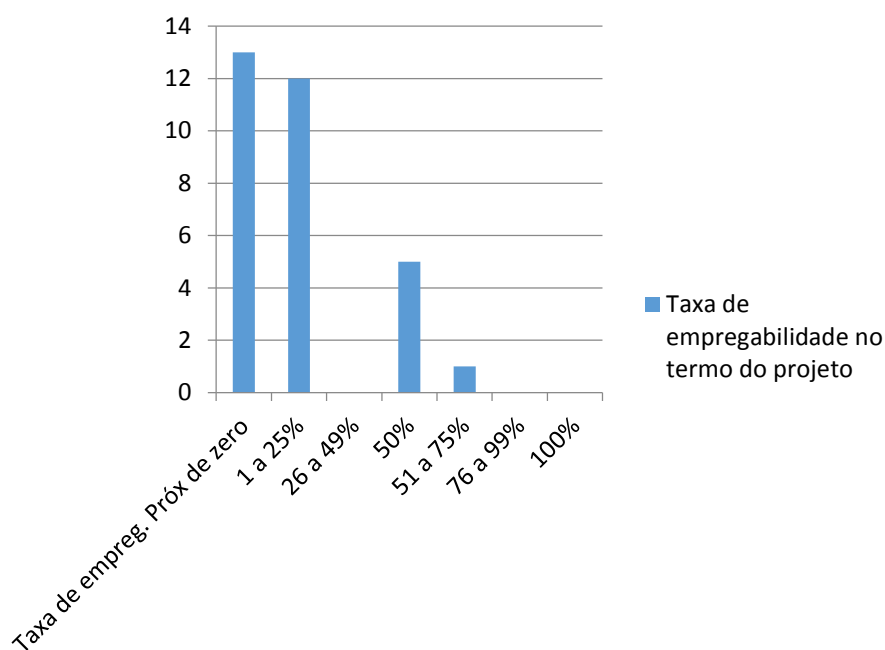


Figura 15 - Taxa de empregabilidade nos projetos das entidades promotoras

Observa-se que 13 entidades, das 33 que responderam ao inquérito, não apresentam interesse em empregar os beneficiários da medida. De seguida, 12 das entidades afirmaram que contratam no termo da medida, 1 a 25% dos seus beneficiários. Apenas 5 das entidades promotoras mencionaram que contratam metade dos participantes.

6. Discussão dos resultados

O perfil do beneficiário da amostra corresponde a uma pessoa em idade adulta do sexo feminino (68%) com idade compreendida entre os 26-54 anos (85%). O perfil obtido corresponde ao verificado por Dias e Varejão (2012), indivíduo do sexo feminino (72%) e 82,2% dos indivíduos têm idades entre os 25 e 54 anos. Dias e Varejão (2012) salientam ainda que nas medidas Ocupacionais verifica-se uma maior participação de indivíduos com idades superiores a 55 anos (9,8%) no que respeita a medidas de política ativa de emprego. Valor aproximado obteve-se na amostra (12%) de indivíduos com idades superiores a 55 anos.

No que diz respeito à escolaridade dos indivíduos da amostra (os indivíduos apresentam o grau de escolaridade repartido em taxas semelhantes pelo 6º ano, 9º e 12º/Ensino Profissional), são distintos dos resultados obtidos por Dias e Varejão (58,5% dos indivíduos possuem o 6º de escolaridade).

Uma parte significativa da amostra antes de inserir na medida encontrava-se com uma baixa autoestima e infeliz, além de ter afetado a saúde mental (uma percentagem significativa de indivíduos, 51,5% responderam ter sido muito afetados (Figura 9). 30,3% dos participantes da amostra declararam que enquanto desempregados tinham pouca autoestima e 27,3% tinham relações familiares tensas.

Os resultados obtidos também por Morin e Kochhar (2010) corroboram que o desemprego afeta os indivíduos aos vários níveis, nomeadamente 38% dos desempregados há mais de 6 meses tinham baixa autoestima e 43% apresentavam relações familiares tensas.

No que diz respeito à empregabilidade que a medida proporciona, a taxa obtida da amostra é reduzida 18,2% (Tabela 5). Este valor está em consonância com os valores apresentados pelo IEFP, IP (Tabela 3) e os valores apresentados no estudo de Dias e Varejão (2012). No entanto é referido pelos autores (Dias & Varejão, 2012) que o programa apresenta efeitos positivos, ainda que comedidos, sobre a probabilidade de emprego, nomeadamente doze a dezoito meses após o início da participação, especialmente no caso dos homens mais velhos e escolarizados. Assim concluiu-se que é uma medida pouco eficiente em criar oportunidades para o reingresso no mercado de trabalho. Tal facto para

Heckman *et al.*, (1999) pode estar associado ao tipo de público para o qual é direcionado o respetivo programa de emprego, sendo um público mais velho e com menores competências escolares e profissionais, tradicionalmente resultados nulos ou mesmo negativos na questão da empregabilidade.

Ao nível das entidades promotoras foi possível verificar que uma parte significativa da amostra ainda desconhece a existência de outras medidas ativas de emprego para além do POC/CEI.

Relativamente ao POC/CEI as entidades da amostra apresentam regularmente várias candidaturas para promover a medida e integrar os beneficiários, no entanto, as mesmas declaram pouco interesse na sua integração no termo do programa.

Estas afirmam que os candidatos apresentam as competências e motivações adequadas para desempenhar o papel que lhes reservaram, um pouco diferente das entidades que candidatam-se pela primeira vez, onde se observou que os candidatos não correspondiam às suas expectativas.

Os desempregados beneficiariam de mais hipóteses de empregabilidade no caso deste tipo de medidas ser promovido em entidades do sector privado.

Contudo os beneficiários da medida declararam ter sido uma experiência positiva que lhes permitiu manterem-se ocupados e em contacto com outras pessoas durante o período que vigorou o Contrato Emprego-Inserção. Esta é a mesma conclusão que apresenta o estudo de Dias e Varejão (2012).

7. Conclusões

Num período em que se verificam elevadas taxas de desemprego, este estudo pretendeu compreender os efeitos negativos provocados pelo desemprego no indivíduo e aumentar o conhecimento dos efeitos do CEI nos seus beneficiários.

Em consonância com estudos anteriores, o desemprego apresenta consequências negativas, nomeadamente ao nível da autoestima, da felicidade, do bem-estar psicológico e das relações familiares e sociais. No que diz respeito à medida CEI, verificou-se uma baixa taxa de empregabilidade, contudo os beneficiários na sua maioria mostraram satisfação pela sua inserção na medida, por ter sido uma oportunidade de manter contacto com o Mercado laboral, a manutenção de relações sociais com outros indivíduos.

7.1. Limitações do estudo

Terminada a investigação é importante referir quais as principais limitações do estudo.

Uma das limitações está relacionada com o número de respostas obtidas aos questionários, não sendo o ideal, e por outro lado a dificuldade encontrada em conseguir autorização para proceder ao envio de um número maior de questionários. Outra dificuldade com que nos deparamos é o escasso número de estudos realizados em Portugal no que diz respeito às políticas de emprego.

7.2. Sugestões para futuros estudos

Em termos futuros seria pertinente a continuação de recolha de informação sobre os efeitos negativos do desemprego no indivíduo, informação acerca da situação de emprego dos beneficiários no médio/longo prazo de forma aprofundar os conhecimentos da medida CEI. Seria ainda interessante a introdução de um grupo de controlo de desempregados que não frequentaram a medida de modo a determinar os principais benefícios do CEI.

Bibliografia

Almeida, J.F., & Pinto, J.M. (1995). *A investigação em ciências sociais* (5a ed.). Lisboa: Editorial Presença.

Andrade, J. (2007). *Uma aplicação da Lei Okun em Portugal* (Estudos do GEMF Nº 4). Coimbra, Grupo de Estudos Monetários e Financeiros, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Avaliação do impacto da estratégia europeia para o emprego em Portugal: Políticas activas para a empregabilidade. (2003). Lisboa: Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento / Ministério da Segurança Social e do Trabalho.

Bentolila, S., & Ichino, A. (2003). “Unemployment and Consumption: Why Are Job Losses Less Painful than Expected Near the Mediterranean?”, mimeo, CEMFI.

Biewen, M., Steffes, S. (2010). “Unemployment Persistence: Is There Evidence for Stigma Effects?” [Discussion Paper Nº. 08-957] . *Centre for European Economic Research*.

Boone, J., & Ours, J. (2004). “Effective Active Labor Market Policies”. [Discussion Paper nº 1335], IZA.

Borjas, G. (2008). *Labor Economics*. New York: Mc Graw-Hill/Irwin.

Browning, M., & Crossley, T. (1997). “Shocks, stocks and socks: consumption smoothing and the replacement of durables during an unemployment spell”, mimeo, McMaster University.

Caleiras, J. (2011). *Para além dos números – As consequências pessoais do desemprego. Trajectórias de empobrecimento, experiências e políticas.* Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Calmfors, L. (1994). "Active Labour Market Policy and Unemployment - a framework for the analysis of crucial design features". *OECD Economic Studies* (22).

Card, D., Berkeley & NBER, U. (2011). "Origins of the Unemployment Rate: The Lasting Legacy of Measurement without Theory". *American Economic Review* 101(3), pp.552-7.

Clark, A., Georgellis, Y. & Sanfey, P. (2001). "Scarring: The Psychological Impact of Past Unemployment". *Economia* 68(270), pp. 221-241.

Clark, A. & Oswald, A. (1994). "Unhappiness and Unemployment". *The Economic Journal*, 104(424), pp. 648-659.

Coutinho, C. P., & Chaves, J. H. (2002). "O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal". *Revista Portuguesa de Educação*, 15(1), 221-243. CIED – Universidade do Minho.

Daguerre, A., & Etherington, D. (2009). "Active labour market policies in international context: what works best?" Lessons for the UK [Working Paper N° 59] *Department for Work and Pension*, London.

Darity, J. W., & Goldsmith, A. H. (1996). "Social Psychology, Unemployment and Macroeconomics". *Journal of Economic Perspectives*, 10 (1), pp. 121-140.

Dathein, R. (2005). "Teorias Económicas e Políticas Contra o Desemprego". *Pesquisa & Debate SP*, 16 (1), pp. 121-153.

Dias, M., & Varejão, J. (2012). *Estudo de avaliação das políticas ativas de emprego (Relatório Final/2012)*, Porto, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, ESFEP, Estudos e Sondagens da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Centro de Economia e Finanças da Universidade do Porto.

Dollard, M., & Winefield, A. (2002). "Mental health: overemployment, underemployment, unemployment and healthy jobs". *Australian e-Journal for the Advancement of Mental Health*, 1(3).

Doyle, C., Kavanagh, P., Metcalfe, O. & Lavin, T. (2005). *Health Impacts of Employment: A Review*. Dublin, Institute of Public Health in Ireland.

Duarte, A. M. (1998). "Vivências do desemprego e transformação dos modos de vida dos operários mineiros". *Sociologia* 8(1), pp.247-317.

Finnegan, A. (2012). Unemployment: How it Effects Family Behavioral Health. *Working Toward Greater Prosperity in North Carolina: Effective Employment Strategies*, Center for Child and Family Police, Duke University.

Forstater, M. (2001). "Unemployment in Capitalist Economies – A History of Thought for Thining About Policy" [Working Paper Nº 16]. *Center for Full Employment and Price Stability, University of Missouri, Kansas City*.

Global Development and Environment Inst, Goodwin, N., Nelson, J., Ackerman, F., & Weisskopf, T. (2006, Novembro 03). Theories of Unemployment. Retrieved from http://www.eoearth.org/article/Theories_of_unemployment

Guba, E., & Lincoln, Y. (1994). Competing paradigms in qualitative Research. In Norman Denzin, & Yvonna Lincoln (Ed.) *Handbook of Qualitative Research* (pp. 105-117). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

Heckman, J., Ladonle, R., & Smith, J. (1999). The economics and econometrics of active labor market programs. In O. Ashenfelter, & D. Card (Org.). *Handbook of Labor Economics* (Vol. 3A, pp. 1865-2097). Elsevier Science.

Junankar, P. N. (1991, Abril). "Unemployment and Mortality in England and Wales: A Preliminary Analysis". *Oxford Economic Papers, New Series* , 43 (2), pp 305-320.

Kluve, J. (2006). "The Effectiveness of European Active Labor Market Policy" [Discussion Paper, Nº 37]. Bonn: IZA.

Laureys, L. (2012). "The Cost of Human Capital Depreciation during Unemployment". Working Paper.

Morin, R., & Kochhar, R. (2010, Julho 22). The Impact of Long-term Unemployment. Lost Income, Lost Friends—and Loss of Self-respect. Pew Research Center's Social & Demographic Trends Project.

Nilsen, Ø. & Reiso, K. (2011). "Scarring effects of unemployment". [Discussion paper] . *Norges Handelshoyskole*.

Moore, K. A. & Waters, L. E. (2002). "Self-Esteem, Appraisal and Coping: A Comparison of Unemployed and Re-Employed People". *Journal of Organizational Behavior*, 23(5), pp 593-604.

Ponte, J. P. (2006). Estudos de caso em educação matemática. *Bolema* , 25, 105-132.

Pordata (n.d.). Recuperado em 13 de abril de 2013, de <http://www.pordata.pt>

Potrafke, N. (2011). "Unemployment, Human Capital Depreciation and Pension Benefits: An Empirical Evaluation of German Data". *Journal of Pension Economics and Finance* 11(2), pp 223-241.

Rodrigues, H. (2004). *Recomendação Nº 4/B/04*. Recuperado em 10 de outubro, 2013 de <http://www.provedor-jus.pt>

Sandonís, J. (2003). *Ansiedade en situaciones de búsqueda de empleo*. [Guia Sobre Aspectos Generales para el Desarrollo de las Acciones de Orientación Laboral]. Junta de Castilla y León.

Silva, A. (2009). *Introdução à análise de dados*. Rio de Janeiro: E-papers.

Stewart, J. (1999, Maio). "The Impact of Health Status on the Duration of Unemployment Spells and the Implications for Studies of the Impact of Unemployment on Health Status". *Journal of Health Economics*, 20(5), pp 781-796.

The Lancet (2013). Recuperado em dezembro, 2013, de <http://download.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140673613605759.pdf>

TUC (2010). *The costs of unemployment: a TUC briefing to mark the European Year for Combating Poverty and Social Exclusion*. London, Trade Union Congress.

Watts, M. & Mitchell W. (2000, Dezembro). "The Costs of Unemployment in Australia". *The Economic and Labour Relations Review*, 11(2), pp 180-197.

Yin, R. (1994). *Case Study Research: Design and Methods (2.ª Edição)*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

Anexos

ANEXO I – Questionário aplicado aos beneficiários da medida POC/CEI



Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Questionário nº__

O presente questionário tem como objetivo recolher informação de forma a averiguar se a medida Contrato Emprego-Inserção(CEI)/Programa Ocupacional (POC) contribui para a reabilitação das competências socioprofissionais, atenuação dos efeitos negativos do desemprego e empregabilidade, dos participantes.

O presente questionário enquadra-se no meu projeto de dissertação no âmbito do Mestrado em Economia Social, da Universidade do Minho.

Para a elaboração deste estudo necessito da sua colaboração. Peço-lhe que leia atentamente as questões que se seguem e que responda com sinceridade. Todas as informações que prestar são confidenciais e destinam-se exclusivamente a fins de investigação.

Após o completo preenchimento do questionário, solicita-se que o mesmo seja remetido, até ao dia 31 de Janeiro. Devendo para esse efeito ser utilizado o envelope que segue em anexo, o qual não tem qualquer custo, uma vez que já se encontra selado e endereçado.

1. Situação face ao emprego.

Neste momento encontra-se...

Empregado(a) Se assinalou esta opção passe à questão 2

Desempregado(a) Se assinalou esta opção passe à questão 3

2. Empregado(a), e obteve emprego por....

Por conta própria

Criou emprego próprio após o termo do CEI/POC

A realização do CEI/POC contribuiu decisivamente para a criação do próprio emprego.

A realização do CEI/POC não influenciou a criação do próprio emprego.

Criação do próprio emprego em data diferente do termo do CEI/POC

Por conta de outrem

A termo

Sem termo

Qual? _____

Outra situação

3. Desempregado(a), e...

Encontro-me desempregado(a) há menos de 6 meses

Estou desempregado(a) há mais de 6 meses e menos de 1 ano

Estou desempregado(a) há mais de 1 ano

4. Como avalia a sua situação antes de frequentar a medida Contrato Emprego-Inserção/Programa Ocupacional?

	Nenhuma (1)	Pouca (2)	Razoável (3)	Muita (4)
Felicidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Autoestima	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tempo livre	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Inatividade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Muito tensas (1)	Tensas (2)	Boas (3)	Muito Boas (4)
Relações familiares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Não manteve nenhum contacto (1)	Manteve alguns contactos (2)	Manteve muitos contactos (3)	Manteve e iniciou novos contactos (4)
Relações com amigos e ex-colegas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5. *Encontrar-se desempregado teve consequências no seu estado de saúde?*

Classifique o grau de influência numa escala de 1 a 4

Estar desempregado(a) afetou a sua saúde	Muito (1)	Moderadamente (2)	Pouco (3)	Nada (4)
Física	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mental	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6. *Motivos para a realização do Contrato Emprego-Inserção/Programa Ocupacional*

Classifique o grau de importância de 1 a 4

	Nada importante (1)	Pouco importante (2)	Algo importante (3)	Muito importante (4)
Oportunidade de emprego	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desenvolver uma nova atividade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Ter contacto com outras pessoas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Auferir mais 20% para além do subsídio de desemprego	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Manter as competências profissionais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Valorizar a experiência profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Outro: _____

7. Informações prestadas pelo Centro de Emprego acerca do Contrato Emprego-Inserção/Programa Ocupacional

	Sim	Não
Já conhecia o Contrato Emprego-Inserção/Programa Ocupacional antes de participar na medida?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Como foi inserido(a) na medida Contrato Emprego-Inserção?	Pedi para frequentar a medida?	<input type="checkbox"/>
	Foi-lhe proposto pelo Centro de Emprego?	<input type="checkbox"/>

Foi suficientemente esclarecido pelo Centro de Emprego?

	Nada esclarecido (1)	Pouco esclarecido (2)	Esclarecido (3)	Muito Esclarecido (4)
Objetivos do Contrato Emprego-Inserção	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Direitos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Deveres

8. Durante a realização do Contrato Emprego-Inserção/Programa Ocupacional

Classifique numa escala de 1 a 4 o grau de satisfação

	Muito insatisfeito (1)	Insatisfeito (2)	Satisfeito (3)	Muito Satisfeito (4)
Acolhimento na entidade promotora	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Adequação das tarefas realizadas aos seus conhecimentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sentimento face à realização de uma atividade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sentimento face à experiência do Contrato Emprego-Inserção	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
No termo do contrato, foi contratado pela entidade promotora?			Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>

9. Como avalia a situação após a realização do Contrato Emprego-Inserção/Programa Ocupacional?

	Nenhuma (1)	Pouca (2)	Razoável (3)	Muita (4)
Felicidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Autoestima	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tempo livre	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Inatividade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Muito tensas (1)	Tensas (2)	Sem alteração (3)	Boas (4)
Relações familiares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Perda de contacto total (1)	Perda de contacto (2)	Manteve contactos (3)	Manteve e iniciou novos contactos (4)
Relações com amigos e ex-colegas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

10. Ter frequentado a medida Contrato Emprego-Inserção/Programa Ocupacional teve influência no seu estado de saúde?

Indique, numa escala de 1 a 4, como o Contrato-Emprego Inserção a sua saúde

Ter frequentado o CEI melhorou a minha saúde	Nada (1)	Pouco (2)	Moderadamente (3)	Muito (4)
Física	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Mental

11. Sexo

Feminino

Masculino

12. Idade

18-25 anos

26-54 anos

55-64 anos

13. Grau mais elevado de escolaridade completo

Inferior ao 4º ano (antiga 4ª classe)

4º ano completo

6º ano completo

9º ano completo

12º ano/Curso de nível IV ou V completo

Ensino Superior

Agradeço desde já a devolução do questionário preenchido.

A sua colaboração é muito importante para o sucesso deste projeto de investigação.

Obrigado.

ANEXO II – Questionário aplicado às entidades promotoras da medida POC/CEI



Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Questionário destinado a Entidades promotoras nº ____

O presente questionário tem como objetivo recolher informação de forma a averiguar se a medida Contrato Emprego-Inserção (CEI) / Programas Ocupacional (POC) contribui para a reabilitação das competências socioprofissionais, atenuação dos efeitos negativos do desemprego e empregabilidade dos participantes.

O presente questionário enquadra-se no meu projeto de dissertação, no âmbito do Mestrado em Economia Social, da Universidade do Minho.

Para a elaboração deste estudo necessito da sua colaboração. Peço-lhe que leia atentamente as questões que se seguem e que responda com sinceridade. Todas as informações que prestar são confidenciais e destinam-se exclusivamente a fins de investigação.

Após o completo preenchimento do questionário, solicita-se que o mesmo seja remetido, até ao dia 31 de Janeiro. Devendo para esse efeito ser utilizado o envelope que segue em anexo, o qual não tem qualquer custo, uma vez que já se encontra selado e endereçado.

1. Informação sobre políticas ativas de emprego

Como tomou conhecimento da medida Contrato Emprego-Inserção?

Através do Centro de Emprego?

Sítio do I.E.F.P., I.P.? (www.iefp.pt)?

Comunicação social?

Outro? _____

Tem conhecimento de outras medidas de emprego?

Sim

Não

Se respondeu sim, quais? _____

2. Informação acerca dos participantes na medida Contrato Emprego-Inserção/Programa Ocupacional

Indique, numa escala de 1 a 4, o seu nível de concordância relativamente aos candidatos

	Discordo totalmente (1)	Discordo (2)	Concordo (3)	Concordo totalmente (4)
Encontram-se motivados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Apresentam competências profissionais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Desenvolvem
atividade de
forma
competente e
entusiasta



3. *Contrato Emprego-Inserção/Programa Ocupacional e número de participantes*

A entidade candidata-se com que regularidade à medida Contrato Emprego-Inserção?

Um ou mais projetos anuais

Esporadicamente

Primeira vez

Quantos beneficiários, em média, abrange cada programa?

1 a 5

6 a 10

11 a 20

20 a 50

Mais de 50

4. *Emprego e Empregabilidade*

Qual a taxa de empregabilidade, no termo do programa, na entidade promotora?

Próxima de 0%

1 a 25%

26 a 49%

50%

51% a 75%

76% a 99%

100%

A candidatura à medida Contrato Emprego-Inserção/Programa Ocupacional enquadra-se numa estratégia de recrutamento por parte da entidade?

Sim

Não

É promovido algum procedimento (entrevista; criação de bolsa de candidatos; outro), com vista à integração futura dos mesmos?

Sim

Não

Se respondeu sim, qual? _____

Agradeço, desde já, a devolução do questionário preenchido.

A sua colaboração é muito importante para o sucesso deste projeto de investigação.

Por favor, indique um contacto, caso esteja interessado em obter informações sobre os resultados do estudo elaborado.

Obrigado.

ANEXO III – Resultados

Tabela 1 - Distribuição da amostra face ao género, faixa etária e habilitações escolares							
Género	Idades	Habilitações Escolares					
		< 4º ano	4º ano	6º ano	9º ano	12º ano	Ensino Superior
Masculino	18-25	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
	26-54	3 (4,54%)	1 (1,52%)	4 (6,06%)	5 (7,58%)	3 (4,54%)	0 (0%)
	55-64	2 (3,03%)	1 (1,52%)	1 (1,52%)	1 (1,52%)	0 (0%)	0 (0%)
Feminino	18-25	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (1,52%)
	26-54	3 (4,54%)	6 (9,09%)	8 (12,12%)	7 (10,61%)	13 (19,70%)	3 (4,54%)
	55-64	0 (0%)	0 (0%)	1 (1,52%)	2 (3,03%)	0 (0%)	0 (0%)

Tabela 2 - Grau de satisfação para com a entidade e tarefas atribuídas					
	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	Não respondeu
Acolhimento na entidade promotora	6,06%	10,61%	42,42%	37,88%	3,03%
Adequação das tarefas aos seus conhecimentos	9,09%	15,15%	50%	24,24%	1,52%

Sentimento face à realização de uma atividade	4,54%	9,09%	51,51%	30,30%	4,54%
---	-------	-------	--------	--------	-------

Tabela 3 - Como tomaram conhecimento da medida POC/CEI as entidades		
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Centro de Emprego	18	51,43%
Sítio institucional www.iefp.pt	8	22,86%
Comunicação Social	6	17,14%
Outros	3	8,57%
TOTAL	35	100%

Tabela 4 - Medidas Ativas de Emprego mais enumeradas (Exceção ao CEI)	
Medidas Ativas de Emprego	Nº de vezes enumeradas
Estágios Profissionais	14
Medida Estímulo 2012	10
Impulso Jovem	9
Contrato Emprego-Inserção+	7
Apoios à Contratação	3
Outros	

Tabela 5 - Grau de satisfação para com os beneficiários					
	Não respondeu	Discordam totalmente	Discordam	Concordam	Concordam totalmente
Os beneficiários apresentaram-se motivados	0%	0%	12,12%	69,70%	21,21%
Os beneficiários apresentaram competências profissionais	0%	0%	15,15%	78,79%	9,09%
Os beneficiários desenvolveram a atividade de forma competente e entusiasta	3,03%	0%	18,18%	66,67%	12,12%

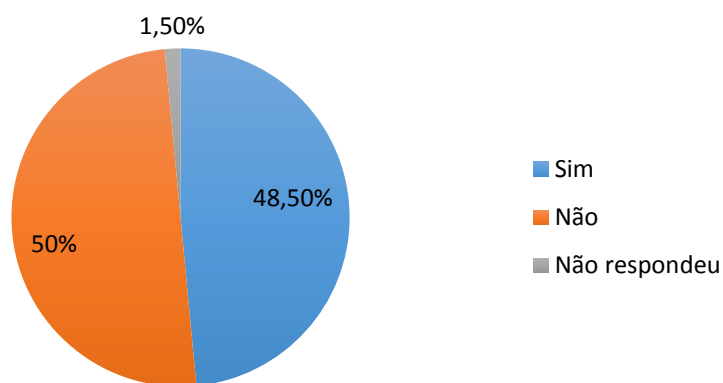


Figura 1 - Conhecimento da medida por parte dos beneficiários antes da ingressão no POC/CEI

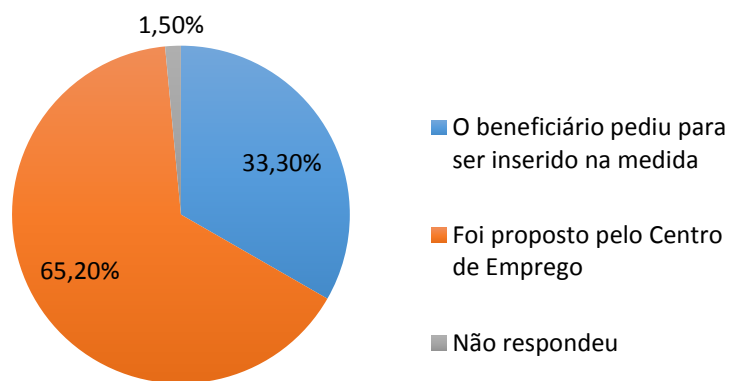


Figura 2 - Proposta de frequência na medida Beneficiários Vs. Centro de Emprego

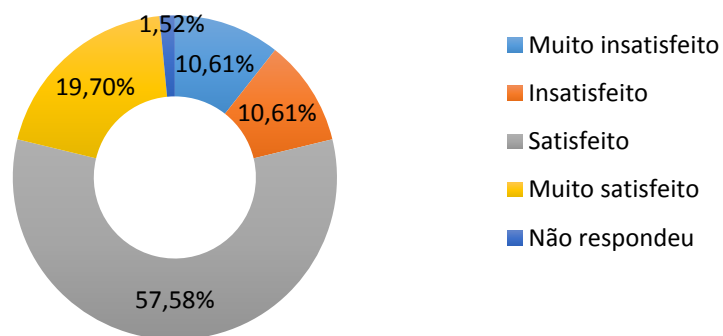


Figura 3 - Grau de satisfação dos beneficiários com a medida POC/CEI

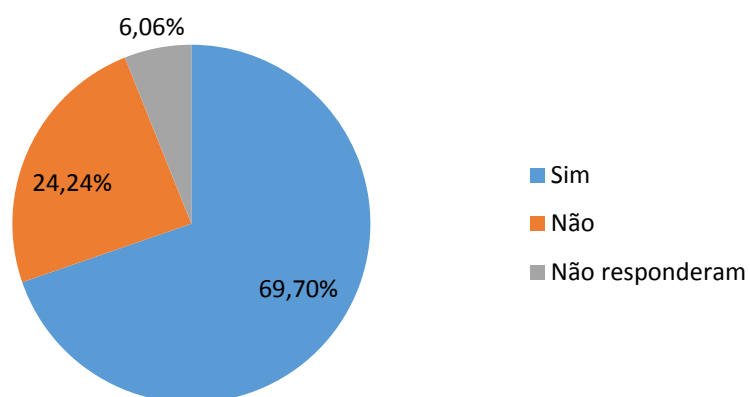


Figura 4 - Conhecimento de outras medidas políticas ativas de emprego por parte das entidades promotoras